



Alfa Previdência e Vida S.A.

**Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2018**

Conteúdo

| | |
|---|----|
| Relatório da administração | 3 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias | 6 |
| Balancos patrimoniais | 9 |
| Demonstrações de resultados | 10 |
| Demonstrações de resultados abrangentes | 11 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 12 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto | 13 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias | 14 |

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as demonstrações financeiras intermediárias relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, acompanhadas do Relatório de auditores independentes.

Comentários sobre nossas operações

No segmento de previdência privada, comercializamos planos denominados PGBL e VGBL cujas contribuições estão reconhecidas na rubrica de “rendas de contribuição e prêmios retidos” respectivamente. No semestre atual, os ativos administrados da carteira previdenciária passaram de um patamar de R\$ 648.737 em dezembro de 2017 para R\$ 671.645 em junho de 2018, representando um crescimento de 3,5%.

Os prêmios de seguros de pessoas emitidos (Excluindo a operação do DPVAT e os prêmios de riscos vigentes e não emitidos) tiveram um aumento de 21,8% se comparado com o mesmo período do ano anterior. O índice combinado das operações (Sinistros, Custos de Aquisição e Outras Receitas e Despesas Operacionais) apresentou uma piora de 1,8 pontos percentuais se comparado com mesmo período ano anterior. O principal agente foi o aumento na sinistralidade pela ocorrência de sinistros pontuais de alguns segmentos, já tratados em suas respectivas renovações. O resultado das operações com resseguro apresentaram uma piora de 2,2 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior. As despesas administrativas quando comparadas com o mesmo período do ano anterior reduziram 8,5 pontos percentuais compensando em sua totalidade a redução do resultado financeiro de 5 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior. Os efeitos da operação do DPVAT já se encontram nos índices mencionados acima. O retorno sobre o patrimônio líquido inicial foi de 5% (anualizado) contra 6% (anualizado) do mesmo período do ano anterior.

Conforme previsto em Estatuto da Companhia, sobre o lucro, é constituído a Reserva legal, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social e demais reservas estatutárias conforme previstas na lei.

Aos Acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício que são propostos e que serão apreciados pelos acionistas em A.G.O.

Cenários e perspectivas

O ano de 2018 se iniciou com a expectativa de aceleração do crescimento econômico no Brasil, redução da taxa de desemprego e com a inflação baixa permitindo ao Banco Central sinalizar a continuidade do ciclo de afrouxamento monetário. O quadro de incertezas sobre as eleições presidenciais de outubro em relação aos potenciais candidatos e programas de governo representou desde o início do ano alguma fonte de apreensão, mas a princípio contida, dado o ambiente de bons resultados fiscais de curto prazo, contas externas amplamente financiadas pelo fluxo de investimento direto e um cenário internacional de crescimento global acima da média, ampla liquidez e expectativa de retirada gradual dos estímulos monetários por parte dos principais bancos centrais.

O decorrer do semestre, entretanto, frustrou as expectativas de iniciais de crescimento, com o PIB do primeiro trimestre avançando apenas 0,4% em relação ao trimestre anterior e com a greve nacional dos caminhoneiros, entre o final do mês de maio e o início do mês de junho, afetando efetivamente o desempenho do segundo trimestre e comprometendo as perspectivas para o restante do ano. Além de prejudicar diretamente a produção e o consumo no período, a greve abalou os níveis de confiança e as intenções de investimento na economia, reduzindo as perspectivas de contratações, criando instabilidade política e levando o quadro fiscal a um equilíbrio

mais delicado. Como resultado, o consenso do mercado encerrou o semestre apontando para uma expansão de apenas 1,5% para o PIB deste ano, contra 2,8%, no início do ano.

Em paralelo, no cenário internacional, dados também mais fracos do que o esperado de crescimento econômico ao redor do mundo no primeiro trimestre foram dando lugar ao longo do semestre a uma maior certeza sobre a aceleração da economia americana, sob forte impulso fiscal, enquanto prosseguia a dúvida sobre o ritmo de recuperação dos demais países, o que se traduziu em um quadro de dólar americano mais forte e juros mais altos nos Estados Unidos. Este cenário, aliado ao reforço de uma postura fortemente protecionista do governo americano, provocando uma série de conflitos comerciais, em especial com a China e a Zona do Euro, levou no decorrer do primeiro semestre a diversos episódios de forte aversão ao risco no cenário internacional, afetando os países emergentes em geral e também a economia brasileira.

O aumento dos riscos no quadro internacional exigiu uma postura mais ativa do Banco Central brasileiro (BC). Com o aumento da pressão sobre a taxa de câmbio, o BC, visando reduzir o excesso de volatilidade, passou a intervir no mercado cambial ampliando a oferta de swaps além do necessário para cobrir as rolagens previstas. E, em sua reunião de meados de maio, o Copom optou por não cortar adicionalmente as taxas de juros como havia antecipado, e manter a taxa Selic em 6,5%, encerrando assim o ciclo de afrouxamento monetário em curso desde outubro de 2016, quando a taxa Selic estava em 14,25%.

Após as repercussões da greve dos caminhoneiros terem exposto ainda mais as fragilidades do cenário doméstico e com a aproximação dos prazos oficiais para a definição de coligações partidárias e candidatos às eleições de outubro 2018, intensificaram-se as preocupações do mercado quanto ao quadro eleitoral. Em meio à grande indefinição sobre a vitória de candidatos propensos a levarem adiante as importantes reformas necessárias para garantir a estabilidade macroeconômica e a retomada do crescimento adiante, a volatilidade dos mercados domésticos se ampliou ao final do semestre, com a taxa de câmbio atingindo novas máximas. O BC seguiu intensificando sua atuação na oferta de swaps cambiais e passando a oferecer também linhas com recompra de reservas internacionais, enquanto o Tesouro Nacional aumentou a frequência dos seus leilões de venda de títulos públicos e passou a oferecer oportunidades de recompra de títulos públicos. Após a autoridade monetária ter colocado o equivalente a US\$ 43 bilhões de swaps cambiais e US\$ 3 bilhões de linhas com recompra, a taxa de câmbio encerrou o semestre no patamar de R\$/US\$ 3,88, (contra R\$/US\$ 3,31 ao final de 2017).

A expectativa para o segundo semestre é de prosseguimento do quadro de volatilidade no cenário internacional enquanto o tema dos conflitos comerciais permanece não resolvido e provocando repercussões sobre a economia global. Com a atividade econômica nos Estados Unidos devendo continuar a reagir positivamente aos impulsos fiscais e com a expectativa de que conforme o avanço das negociações comerciais prossiga haja gradual redução das incertezas, é esperado um cenário de fortalecimento do crescimento de Europa e Japão e que os países emergentes, em especial a China, possam retomar suas trajetórias de crescimento. Assim, espera-se também que a pros siga a gradual retirada dos estímulos monetários no mundo.

No cenário doméstico, a volatilidade tende a se intensificar com a proximidade das eleições presidenciais, conforme são oficializados os candidatos, definidas as alianças partidárias e as pesquisas eleitorais comecem a trazer indicações mais claras. O semestre se inicia com um quadro eleitoral marcado por um número maior do que o usual de eleitores indecisos e também de candidatos competitivos com plataformas governamentais com impactos potenciais muito diferentes sobre as expectativas de crescimento e sobre a evolução dos mercados.

No segmento da previdência privada aberta, espera-se que em 2018 os fundos de previdência continuem apresentando captação positiva nos patamares de 2017. Em ocorrendo a implementação na reforma do sistema público de previdência do Brasil a captação de recursos no mercado de previdência complementar deve acelerar. Com a incerteza que temos em relação ao sistema previdenciário, as pessoas passaram a ficar mais preocupadas

com o futuro da previdência pública , com isso irão buscar uma maior segurança para o futuro, nos planos privados.

No segmento de seguro de pessoas a Administração continuará a focar sua atuação em nichos específicos e aproveitar a sinergia com as empresas do grupo, adequando os seus produtos a demanda do mercado atual bem, buscando novos canais de venda, privilegiando a eficiência operacional, redução das despesas administrativas e consequentemente melhorar a rentabilidade. Dentro desse contexto, espera-se um crescimento gradativo e consistente da produção nos patamares do mercado.

Agradecimentos

Agradecemos aos Senhores Acionistas a confiança em nós depositada; aos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores do mercado pela orientação; aos nossos Funcionários, pelo trabalho e a competência no desempenho de suas funções e aos nossos Corretores e Segurados, o prestígio concedido.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
Alfa Previdência e Vida S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Alfa Previdência e Vida S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Previdência e Vida S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2018.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Alfa Previdência e Vida S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | 30/06/2018 | 31/12/2017 | Passivo | Nota | 30/06/2018 | 31/12/2017 |
|--|------|----------------|----------------|--|------|----------------|----------------|
| Circulante | | 846.334 | 810.989 | Circulante | | 778.747 | 747.794 |
| Disponível | | 602 | 1.783 | Contas a pagar | | 3.221 | 4.452 |
| Caixa e bancos | | 602 | 1.783 | Obrigações a pagar | 7a | 280 | 1.233 |
| Aplicações | 3 | 829.720 | 795.879 | Impostos e encargos sociais a recolher | | 564 | 767 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | | 8.322 | 7.511 | Encargos trabalhistas | | 943 | 708 |
| Prêmios a receber | 4 | 8.169 | 6.860 | Impostos e contribuições | 7b | 633 | 228 |
| Operações com seguradoras | | 21 | 15 | Outras contas a pagar | 7c | 801 | 1.516 |
| Operações com resseguradoras | 5a | 132 | 636 | Débitos de operações com seguros e resseguros | | 2.537 | 2.594 |
| Outros créditos operacionais | | 22 | 391 | Prêmios a Restituir | | 240 | 19 |
| Ativos de resseguro e retrocessão | 5b | 253 | 113 | Operações com seguradoras | | 4 | 252 |
| Títulos e créditos a receber | | 2.171 | 620 | Operações com resseguradoras | 5c | 375 | 636 |
| Títulos e créditos a receber | | 1.213 | 340 | Corretores de seguros e resseguros | | 1.338 | 1.137 |
| Créditos tributários e previdenciários | 6a | 311 | 247 | Outros débitos operacionais | | 580 | 550 |
| Outros créditos | | 647 | 33 | Depósitos de terceiros | 8 | 1.896 | 2.405 |
| Despesas antecipadas | | 952 | 1.010 | Provisões técnicas - seguros | | 422.731 | 388.523 |
| Custos de aquisição diferidos | 9d | 4.292 | 3.682 | Danos | 9a | 72.999 | 65.803 |
| Seguros | | 4.292 | 3.682 | Pessoas | 9a | 24.312 | 21.725 |
| Ativo não circulante | | 46.484 | 42.869 | Vida com cobertura por sobrevivência | 9c | 325.420 | 300.995 |
| Realizável a longo prazo | | 42.986 | 39.033 | Provisões técnicas - previdência complement | 9b | 348.362 | 349.820 |
| Aplicações | 3 | 2.361 | 2.287 | PGBL/PRGP | | 348.362 | 349.820 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | | 10 | - | Passivo não circulante | | 47.141 | 41.554 |
| Prêmios a receber | 4 | 10 | - | Provisões técnicas - seguros | | 23.798 | 18.772 |
| Ativos de resseguro e retrocessão | 5b | 39 | 36 | Pessoas | 9a | 23.798 | 18.772 |
| Títulos e créditos a receber | | 29.273 | 28.854 | Outros débitos | 11 | 22.939 | 22.449 |
| Créditos tributários e previdenciários | 6a | 5.794 | 5.845 | Provisões judiciais | | 22.939 | 22.449 |
| Depósitos judiciais e fiscais | 11 | 23.479 | 23.009 | Débitos diversos | | 404 | 333 |
| Custos de aquisição diferidos | 9d | 11.303 | 7.856 | Patrimônio líquido | 12 | 66.930 | 64.510 |
| Seguros e resseguros | | 11.303 | 7.856 | Capital social | | 38.632 | 37.846 |
| Imobilizado | | 654 | 678 | Reservas de lucros | | 26.664 | 26.664 |
| Bens móveis | | 540 | 580 | Lucros acumulados | | 1.634 | - |
| Outras Imobilizações | | 114 | 98 | | | | |
| Intangível | | 2.844 | 3.158 | | | | |
| Outros intangíveis | | 2.844 | 3.158 | | | | |
| Total do ativo | | 892.818 | 853.858 | Total do passivo | | 892.818 | 853.858 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Alfa Previdência e Vida S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

| | Nota | 30/06/2018 | 30/06/2017 |
|--|------|--------------------------|--------------------------|
| Prêmios emitidos | 13b | 39.242 | 37.609 |
| Contribuições para cobertura de riscos | 13a | 2 | 2 |
| Variações das provisões técnicas de prêmios | | <u>(6.610)</u> | <u>(3.899)</u> |
| Prêmios ganhos | 13a | <u>32.634</u> | <u>33.712</u> |
| Receita com emissão de apólices | | 1.406 | 1.353 |
| Sinistros ocorridos | 13c | (16.330) | (18.164) |
| Custos de aquisição | 13d | (7.830) | (5.657) |
| Outras receitas e despesas operacionais | 13e | (1.529) | (2.103) |
| Resultado com operações de resseguro | 5f | <u>(441)</u> | <u>295</u> |
| Receita com resseguro | | 127 | 552 |
| Despesa com resseguro | | (568) | (257) |
| Rendas de contribuições e prêmios | | 31.326 | 22.424 |
| Constituição da provisão de benefícios a conceder | | <u>(31.319)</u> | <u>(22.408)</u> |
| Receita de contribuições e prêmios de VGBL | | <u>7</u> | <u>16</u> |
| Rendas com taxas de gestão e outras taxas | | 2.189 | 1.928 |
| Variação de outras provisões técnicas | | (58) | 90 |
| Outras receitas e despesas operacionais | | (3) | (6) |
| Despesas administrativas | 13f | (7.741) | (10.844) |
| Despesas com tributos | 13g | (1.925) | (1.961) |
| Resultado financeiro | 13h | <u>2.729</u> | <u>4.526</u> |
| Resultado operacional | | <u>3.108</u> | <u>3.185</u> |
| Perdas com ativos não correntes | | - | (1) |
| Resultado antes de impostos e participações | | <u>3.108</u> | <u>3.184</u> |
| Imposto de renda | 14 | (651) | (663) |
| Contribuição social | 14 | (575) | (550) |
| Participações sobre o resultado | | <u>(248)</u> | <u>(172)</u> |
| Lucro líquido do semestre | | <u>1.634</u> | <u>1.799</u> |
| Quantidade de ações | 12a | <u>16.018.318</u> | <u>15.825.553</u> |
| Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ | | <u>102,01</u> | <u>113,68</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Alfa Previdência e Vida S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

| | 30/06/2018 | 30/06/2017 |
|---|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do semestre e resultado abrangente | <u>1.634</u> | <u>1.799</u> |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Resultado abrangente do semestre | <u>1.634</u> | <u>1.799</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Alfa Previdência e Vida S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

| | | Capital social | Aumento de capital (em aprovação) | Reservas de lucros | | Lucros acumulados | Total |
|--|------|----------------|-----------------------------------|--------------------|---------------------|-------------------|---------------|
| | | | | Reserva legal | Reserva estatutária | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | Nota | 36.653 | - | 2.206 | 21.933 | - | 60.792 |
| Aumento de capital em aprovação: | | | | | | | |
| AGO/E de 31/03/2017 | | - | 1.193 | - | - | - | 1.193 |
| Lucro líquido do semestre | | - | - | - | - | 1.799 | 1.799 |
| Saldo em 30 de junho de 2017 | 12 | 36.653 | 1.193 | 2.206 | 21.933 | 1.799 | 63.784 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | | 37.846 | - | 2.372 | 24.292 | - | 64.510 |
| Aumento de capital em aprovação: | | | | | | | |
| AGO/E de 29/03/2018 | | - | 786 | - | - | - | 786 |
| Aumento de Capital aprovado | | | | | | | |
| Portaria SUSEP nº 942 de 11/06/2018 | | 786 | (786) | - | - | - | - |
| Lucro líquido do semestre | | - | - | - | - | 1.634 | 1.634 |
| Saldo em 30 de junho de 2018 | 12 | 38.632 | - | 2.372 | 24.292 | 1.634 | 66.930 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Alfa Previdência e Vida S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

| | <u>30/06/2018</u> | <u>30/06/2017</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do semestre | 1.634 | 1.799 |
| Ajustes para: | | |
| Depreciação e amortizações | 433 | 255 |
| (Reversao)/perda por redução do valor recuperável dos ativos | (35) | 917 |
| Variação do custo de aquisição diferido | (4.057) | (2.004) |
| Variação dos ativos de resseguro | (142) | 705 |
| Variação das provisões técnicas - seguros e resseguros | 34.632 | 23.584 |
| Varição nas contas patrimoniais: | | |
| Ativos financeiros | (33.915) | (57.367) |
| Créditos das operações de seguros e resseguros | (788) | (3.068) |
| Créditos fiscais e previdenciários | (14) | 437 |
| Depósitos judiciais e fiscais | (470) | (850) |
| Despesas antecipadas | 58 | 51 |
| Outros ativos | (1.121) | 139 |
| Impostos e contribuições | 1.140 | 797 |
| Outras contas a pagar | (778) | (51) |
| Débitos de operações com seguros e resseguros | (55) | 218 |
| Depósitos de terceiros | (509) | (152) |
| Provisões técnicas - seguros e resseguros | 4.601 | 7.417 |
| Provisões técnicas - previdência Complementar | (1.458) | 26.808 |
| Provisões judiciais | 491 | 805 |
| Caixa gerado pelas operações | (353) | 440 |
| Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio | 2 | 39 |
| Impostos sobre o lucro pagos | (735) | (717) |
| Caixa líquido consumido nas atividades operacionais | (1.086) | (238) |
| Atividades de investimento | | |
| Alienação de imobilizado | 8 | 24 |
| Aquisição de intangível | (36) | (21) |
| Aquisição de imobilizado | (67) | (3) |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimento | (95) | - |
| Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa | (1.181) | (238) |
| Caixa e equivalente de caixa no início do semestre | 1.783 | 900 |
| Caixa e equivalente de caixa no final do semestre | 602 | 662 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Alfa Previdência e Vida S.A. (doravante referida, também, como “Companhia” ou “Seguradora”) tem por objeto social operar com seguros de pessoas e planos de previdência complementar em todo território nacional.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede na Alameda Santos, 466, São Paulo – SP.

A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com as empresas do grupo Alfa, mantendo com essas empresas operações, as quais estão detalhadas na Nota Explicativa nº 16. A controladora direta da Companhia é a Corumbal Participações e Administração Ltda. e a controladora indireta é a Administradora Fortaleza Ltda..

2 Descrição das principais práticas contábeis

a. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular nº 517/15, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 (R1).

A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Administração em 24 de agosto de 2018.

b. Base para mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal, e foram elaboradas considerando o custo histórico, com exceção do que segue:

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Provisões técnicas;

Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Seguradora. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais

próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias; e (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas à premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2018:

Nota nº 2e - Contratos de seguros;

Nota nº 2g iv -Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (“*impairment*”);

Nota nº 3 – Aplicações financeiras;

Nota nº 6 - Créditos tributários e previdenciários;

Nota nº 9 - Provisões técnicas;

Nota nº 11 - Provisões judiciais.

e. Contratos de seguros

De acordo com as determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 11 - Contratos de Seguros, que define as características de um Contrato de Seguro, a Administração procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como “Contratos de Seguros”.

Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico.

Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou faturas e reconhecidas no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento das despesas de comercialização.

Uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é reconhecida com base em estudo técnico do comportamento histórico de inadimplência observado na carteira, a companhia reconhece uma redução ao valor recuperável dos Prêmios a Receber, cuja metodologia consiste em verificar os percentuais de prêmios cancelados por inadimplência dos últimos 24 meses por ramo (desprezando os 10 meses mais recentes), em relação ao total de prêmio pendente. Calculados os percentuais de inadimplência, os mesmos são aplicados sobre o montante de prêmios a receber por ramo para a data-base em questão, a fim de se obter os valores de RVR.

Os contratos de resseguros são classificados como “Contrato de Seguros”, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros.

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exime a Seguradora de suas obrigações para com os segurados.

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios devidos por contratos de resseguro.

As operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

Planos de previdência e seguro de vida com cobertura de sobrevivência

A Seguradora comercializa produtos de previdência privada denominados, PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livre), que é um plano que visa à acumulação de recursos para aposentadoria em vida ao participante, e VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), que é um seguro de vida com cobertura por sobrevivência, que objetiva a concessão de indenizações em vida ao Segurado. Em ambos os produtos, a contribuição, líquida de carregamento, recebida do participante é aplicada em um Fundo de Investimento Especialmente Constituído - FIE. A reserva do participante tem seu valor atualizado com base no valor diário das cotas do FIE. Nesta fase, não há garantias de rentabilidade no fundo ou de parâmetros atuariais. Após este período de contribuição, o participante tem direito de escolher pela conversão ou não do capital acumulado em renda mensal. Na fase de recebimento de renda, caso o participante opte por esta opção, há garantias atuariais e financeiras com relação à sobrevivência do mesmo.

A receita correspondente ao carregamento e a despesa de comercialização, são reconhecidas ao resultado no mês de recebimento da contribuição.

f. Caixa e bancos

Incluem caixa e depósitos bancários mantidos em instituições financeiras e são representados por disponibilidades em moeda nacional.

g. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: Valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

(i.) Valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos da Seguradora. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado.

(ii.) Empréstimos e recebíveis

Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradores e cosseguradoras, que são registrados pelo custo amortizado e avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável essa perda é reconhecida no resultado do período.

(iii.) Determinação do valor justo

O valor justo dos títulos é apurado da seguinte forma: (I) Ações de companhias abertas - com base na cotação do último dia útil em que foram negociadas no pregão da B3, Brasil, Bolsa, Balcão; (II) Títulos públicos - com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); (III) CDB - pós -fixados e Nota Comercial (NC) - valor presente calculado com base na taxa de desconto do prêmio de risco atribuído pelos administradores dos fundos exclusivos; (IV) Debêntures - cotações divulgadas pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais) e (V) Derivativos - cotações divulgadas pela BM&F.

(iv.) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (“impairment”)

Ativos financeiros

Na data do balanço é avaliado se há evidência objetiva de perda de valor para um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado até o valor da perda reconhecida.

A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado equivale a diferença entre o custo corrigido, líquido de qualquer reembolso, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável, e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização inicial que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que não apresentam vida útil definida não são amortizados e são testados por *impairment* anualmente. Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é definido no CPC nº 01 como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos).

(v.) Instrumentos derivativos

A Companhia manteve em junho de 2018 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. O objetivo de atuação no mercado de derivativos visa minimizar a exposição a riscos de mercado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são

mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

h. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em instrumentos financeiros. Os passivos financeiros compreendem principalmente contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros.

i. Imobilizado

Mensurado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por redução de valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil-econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme segue:

Móveis e utensílios: 10%;
Equipamentos: 20%.

Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do período. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20%, sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, às taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem tributáveis ou dedutíveis, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias .

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e

diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2018, CNSP nº 343/2016 e alterações posteriores.

Seguros de pessoas (vida sem cobertura por sobrevivência)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data base de constituição, pelo método “pro rata die” tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso. Engloba também as parcelas das contribuições ou dos prêmios dos riscos emitidos das operações dos planos de previdência privada e vida com cobertura por sobrevivência.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes Mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o ajuste da PPNG dada à existência de riscos assumidos pela Seguradora cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada utilizando metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial (NTA) que apura a melhor estimativa com base no histórico de cada segmento de negócio em relação aos riscos emitidos em atraso. Também é calculada para as operações de planos de previdência privada e vida com cobertura por sobrevivência.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos dos ajustes de cosseguro, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Inclui também estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, custos associados, atualização monetária e juros oriundos de sinistros em discussão judicial e ajustes pela estimativa da Provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER - *Incurring But Not Enough Reported*).

Salientamos ainda que nas demandas relacionadas a sinistros judiciais, o valor dado à causa/risco, sobretudo nas ações indenizatórias, cinge-se a valores de alçada ou do pedido. O valor econômico da ação é avaliado segundo os pedidos feitos e coberturas contratadas. Eventualmente, se existentes, pode-se utilizar como balizamento valores jurisprudencialmente consagrados para a situação. Sua aferição efetiva ocorre mais tarde, no momento de eventual perícia ou prolação da sentença, quando o magistrado arbitra o correspondente valor de indenização. Os critérios de provisionamento das ações relacionadas a sinistros são: Provável (75% a 100%), Possível (50%) e Remota (10%).

A Provisão para Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR) relativa à operação de seguros é estimada utilizando de metodologia própria descrita em Nota Técnica Atuarial, com base no histórico de dez anos de sinistros avisados até a data do balanço.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, sendo calculada conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial.

As provisões técnicas do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

Previdência complementar e vida com cobertura de sobrevivência

A Provisão Matemática de Benefício a Conceder (PMBaC), abrange os compromissos assumidos pela Seguradora com os participantes ou segurados do respectivo plano, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, no caso, a sobrevivência. Basicamente, consiste no saldo do participante ou segurado no FIE na data-base de contabilização.

A Provisão Matemática de Benefício Concedido (PMBC), constituída pela Seguradora, a partir da ocorrência do evento gerador (sobrevivência ou morte), destinada a garantir o pagamento ao beneficiário da renda contratada.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, sendo calculada conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial.

A Provisão para Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR), relativa aos planos de riscos da Previdência Complementar (pecúlios), é estimada utilizando os percentuais estabelecidos em nota técnica atuarial.

I. Teste de adequação dos passivos

Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/2015, e alterações posteriores, a Companhia elaborou o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o Pronunciamento Técnico CPC nº 11, e que estão vigentes na data de execução do teste.

Para a Seguradora, a carteira foi segmentada em: Seguro de Pessoas, da seguinte forma:

(i) Seguros de Pessoas, considerando todos os ramos Prestamistas, Acidentes Pessoais, Desemprego/Perda de Renda, Eventos Aleatórios, Vida em grupo, Viagem e Assistência Funeral;

(ii) Previdência complementar aberta e Seguro de vida com cobertura de sobrevivência;

A execução do TAP tem dois componentes importantes nas suas estimativas: (i) o quanto o valor de melhor estimativa dos compromissos assumidos até a data-base; e (ii) quando a distribuição da liquidação destes compromissos por período futuro. Com estes dois componentes, podemos calcular o valor presente dos passivos atuariais da Seguradora, compará-lo com o total de Provisões Técnicas, líquidas das Despesas de Comercialização Diferidas (DAC) e dos Ativos Intangíveis, correspondentes a estes passivos.

Sinistralidade - Foi utilizada a experiência da Seguradora para projetar a evolução dos sinistros futuros, brutos de resseguro e incluindo as despesas relacionadas. A taxa de sinistralidade projetada foi de 20,0%.

Mortalidade e sobrevivência - Foram utilizadas as tábuas BR-EMS versão ano 2015.

Prêmios futuros que não estejam contidos na PPNG constituída na data-base do teste - Para as apólices com faturas mensais, a data de início da vigência da apólice considerada é a data de aniversário da renovação. Assim, os sinistros futuros devidos a esta exposição estão contemplados nas projeções supracitadas.

Despesas administrativas e outras receitas e despesas operacionais futuras - Despesas Administrativas, que inclui as despesas não alocáveis aos sinistros, Outras Receitas e Despesas Operacionais.

Cobertura por sobrevivência - Os planos de sobrevivência ativos na Seguradora são fundamentados na tábua AT-2000 suavizada em 10% ou 15% e com juros atuarias de 0%. Estes parâmetros minimizam as chances de

“déficits” na operação, principalmente no pagamento de rendas por períodos longos, pois a sua utilização na precificação dos planos já considera uma expectativa de vida/sobrevivência superior àquelas obtidas pelas tábuas atuarias brasileiras e também porque considera retornos positivos na administração dos recursos financeiros das provisões técnicas, não compromissados com os participantes/beneficiários. Desde o ano de 2007, a Seguradora concedeu menos de dez rendas e todas foram do tipo renda temporária, com o período máximo de quinze anos. Como os produtos PGBL e VGBL (únicos produtos de sobrevivência comercializados pela Seguradora) não garantem aos participantes rentabilidade nos FIE’s durante a fase de diferimento, não existe risco da Seguradora não honrar compromissos em relação à PMBaC, como resgate e portabilidade. Sendo assim, mesmo com a chance reduzida dos valores atuais da PMBaC virarem integralmente algum tipo de renda, no cálculo foi considerada a premissa das rendas, em sua totalidade, tornarem-se vitalícias.

Premissas econômicas - Conforme disposto no parágrafo único, do Artigo 51, da Circular SUSEP nº 517/2015, e alterações posteriores, foi utilizada estrutura a termo de taxa de juros livre de risco para a curva “pré-fixada”, de junho de 2018, divulgada pela SUSEP, para trazer o fluxo de caixa futuro ao valor presente. Nos casos das Coberturas por Sobrevivência, além da ETTJ acima mencionada, utilizamos a curva de juros do Cupom de IPCA, também divulgada pela SUSEP, para considerar a atualização monetária dos benefícios definida pelo IPCA.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia deve registrar a insuficiência como uma despesa no resultado do período e constituir provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base do teste.

A Seguradora realiza o Teste de Adequação de Passivos a cada data-base. O teste realizado demonstrou que as provisões atualmente registradas são suficientes para fazer face às obrigações da Seguradora para com os segurados.

m. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação.

Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável.

As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras intermediárias .

n. Benefícios aos empregados

A Companhia possui obrigações de benefícios de curto prazo para empregados e Administradores, tais como seguro saúde, vale transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, que são reconhecidas no resultado do período à medida que são incorridos.

3 Aplicações financeiras

A carteira de aplicações demonstrada abaixo considera os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira de investimentos.

a) Resumo da classificação das aplicações financeiras: por prazo, por título e hierarquia do valor justo

Alfa Previdência e Vida S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2018

| 30 de junho de 2018 | | | | | | | | | | | | |
|---|---------|--------------|-----------------------------|-----------------|-------------------|-------------------|----------------|---------------------|----------------|-----------------------|-----------------------|----------------|
| Títulos a valor justo por meio do resultado | Nível* | TAXA | I- 3 meses e sem vencimento | II- 3 a 6 meses | III - 6 a 9 meses | IV - 9 a 12 meses | V - 1 a 3 anos | VI - 3 anos (acima) | Valor de custo | Ajuste ao valor justo | Valor justo/ contábil | % |
| Títulos de renda fixa – letras financeiras do tesouro | Nível 1 | SELIC | - | - | - | - | 35.150 | 38.648 | 73.814 | (16) | 73.798 | 8,87% |
| Títulos de renda fixa – letras do tesouro nacional | Nível 1 | 12,22% PRE | - | - | - | - | 254 | - | 238 | 16 | 254 | 0,03% |
| Títulos de renda fixa – letras do tesouro nacional - compromissadas | Nível 1 | 6,39% PRE | 13.337 | - | - | - | - | - | 13.337 | - | 13.337 | 1,60% |
| Cotas de fundos DPVAT | Nível 2 | - | 73.057 | - | - | - | - | - | 73.057 | - | 73.057 | 8,78% |
| Contas a pagar de fundos exclusivos | Nível 3 | - | (11) | - | - | - | - | - | (11) | - | (11) | (0,01)% |
| Subtotal Carteira Própria | | | 86.383 | - | - | - | 35.404 | 38.648 | 160.435 | - | 160.435 | 19,27% |
| Títulos de renda fixa – letras do tesouro nacional | Nível 1 | 12,18% PRE | - | - | - | - | 166.529 | 164.558 | 318.864 | 12.223 | 331.087 | 39,79% |
| Títulos de renda fixa – letras financeiras do tesouro | Nível 1 | SELIC | - | - | - | - | 6.321 | 137.763 | 144.113 | (29) | 144.084 | 17,32% |
| Títulos de renda fixa – notas do tesouro nacional (B) | Nível 1 | IPCA + 5,50% | 483 | - | - | - | - | 48.338 | 49.591 | (770) | 48.821 | 5,87% |
| Títulos de renda fixa – nota do tesouro nacional (F) | Nível 1 | 9,93% PRE | - | - | - | - | - | 45.791 | 47.476 | (1.685) | 45.791 | 5,50% |
| Títulos de renda fixa – letras do tesouro nacional - compromissadas | Nível 1 | 6,39% PRE | 12.209 | - | - | - | - | - | 12.209 | - | 12.209 | 1,47% |
| Títulos de renda variável - ações | Nível 1 | Ibovespa | 5.733 | - | - | - | - | - | 5.733 | - | 5.733 | 0,69% |
| Títulos de renda fixa - debêntures | Nível 2 | 103.354% CDI | 1.089 | 3.918 | - | - | 32.079 | 5.517 | 42.621 | (18) | 42.603 | 5,12% |
| Títulos privados - letras financeiras | Nível 2 | 107.024% CDI | - | - | - | 26.630 | 3.711 | 4.193 | 34.439 | 95 | 34.534 | 4,15% |
| Títulos de renda fixa - certificados de depósitos bancários | Nível 2 | 109.166% CDI | - | 606 | 3.638 | 3.453 | - | - | 7.694 | 3 | 7.697 | 0,93% |
| Contas a pagar de fundos exclusivos | Nível 3 | - | (913) | - | - | - | - | - | (913) | - | (913) | (0,11)% |
| Subtotal Fundos Previdenciários | | | 18.601 | 4.524 | 3.638 | 30.083 | 208.640 | 406.160 | 661.827 | 9.819 | 671.646 | 80,73% |
| Total | | | 104.984 | 4.524 | 3.638 | 30.083 | 244.044 | 444.808 | 822.262 | 9.819 | 832.081 | 100,00% |

31 de dezembro de 2017

Alfa Previdência e Vida S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2018

| Títulos a valor justo por meio do resultado | Nível* | TAXA | I- 3 meses e sem vencime nto | III - 6 a 9 meses | IV - 9 a 12 meses | V - 1 a 3 anos | VI - 3 anos (acima) | Valor de custo | Ajuste ao valor justo | Valor justo/contábil | % |
|---|---------|-----------------|--|-------------------------|-------------------------|-------------------|---------------------------|-------------------|--------------------------------|-------------------------|----------------|
| Títulos de renda fixa – letras financeiras do tesouro | Nível 1 | SELIC | 19.932 | - | - | 29.241 | 18.146 | 67.307 | 12 | 67.319 | 8,43% |
| Títulos de renda fixa – letras do tesouro nacional - compromissadas | Nível 1 | 6,89% PRE | 15.796 | - | - | - | - | 15.796 | - | 15.796 | 1,98% |
| Títulos de renda fixa – letras do tesouro nacional | Nível 1 | 12,22% PRE | - | - | - | 244 | - | 199 | 45 | 244 | 0,03% |
| Títulos de renda variável - ações | Nível 1 | Ibovespa | 188 | - | - | - | - | 149 | 39 | 188 | 0,02% |
| Cotas de fundos DPVAT | Nível 2 | - | 65.892 | - | - | - | - | 65.892 | - | 65.892 | 8,26% |
| Contas a pagar de fundos exclusivos | - | - | (10) | - | - | - | - | (10) | - | (10) | (0,01)% |
| Subtotal Carteira Própria | | | 101.798 | - | - | 29.485 | 18.146 | 149.333 | 96 | 149.429 | 18,71% |
| Títulos de renda fixa – letras do tesouro nacional | Nível 1 | 15,29% PRE | - | - | - | 259.561 | - | 228.262 | 31.299 | 259.561 | 32,52% |
| Títulos de renda fixa – letras financeiras do tesouro | Nível 1 | SELIC | 14.789 | - | - | 6.127 | 91.985 | 112.859 | 42 | 112.901 | 14,15% |
| Títulos de renda fixa – nota do tesouro nacional (F) | Nível 1 | 10,29% PRE | - | - | - | - | 106.173 | 103.915 | 2.258 | 106.173 | 13,30% |
| Títulos de renda fixa – notas do tesouro nacional (B) | Nível 1 | IPCA + 5,71% | - | 476 | - | 15.678 | 50.239 | 64.209 | 2.184 | 66.393 | 8,32% |
| Títulos de renda fixa – letras do tesouro nacional - compromissadas | Nível 1 | 6,89% PRE | 24.074 | - | - | - | - | 24.074 | - | 24.074 | 3,02% |
| Títulos de renda variável - ações | Nível 1 | Ibovespa | 7.334 | - | - | - | - | 7.230 | 104 | 7.334 | 0,92% |
| Títulos de renda variável - índice | Nível 1 | - | 3 | - | - | - | - | 3 | - | 3 | 0,00% |
| Títulos privados - letras financeiras | Nível 2 | 107.055 CDI | - | - | - | 29.356 | 4.189 | 33.466 | 79 | 33.545 | 4,20% |
| Títulos de renda fixa - debêntures | Nível 2 | 101.793% CDI | 1.096 | 1.108 | 3.806 | 13.312 | 5.550 | 24.882 | - 10 | 24.872 | 3,12% |
| Títulos de renda fixa - certificados de depósitos bancários | Nível 2 | 105.911% CDI | 14.861 | - | - | - | - | 14.852 | 9 | 14.861 | 1,86% |
| Contas a pagar de fundos exclusivos | - | - | (980) | - | - | - | - | (980) | - | (980) | (0,12)% |
| Subtotal Fundos Previdenciários | | | 61.177 | 1.584 | 3.806 | 324.034 | 258.136 | 612.772 | 35.965 | 648.737 | 81,29% |
| Total | | | 162.975 | 1.584 | 3.806 | 353.519 | 276.282 | 762.105 | 36.061 | 798.166 | 100,00% |

*A tabela abaixo apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram identificados como se segue:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

b) Instrumentos financeiros derivativos

| 30/06/2018 | | Data de | Posição | Valor de | Resultado |
|-----------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|
| Operação | Quantidade | vencimento | da operação | referência | do período |
| DI Futuro | 1.023 | 02/01/2020 | comprada | 90.685 | (1.403) |
| DI Futuro | 500 | 03/01/2022 | comprada | 35.613 | 317 |
| DI Futuro | 233 | 02/01/2023 | comprada | 14.693 | (1.550) |
| DI Futuro | 215 | 02/01/2025 | comprada | 10.593 | 377 |
| DI Futuro | 284 | 01/07/2020 | comprada | 23.991 | 179 |
| DI Futuro | 1.700 | 01/07/2021 | comprada | 128.623 | 1.567 |
| DI Futuro | 152 | 02/01/2020 | comprada | 13.474 | (50) |
| DI Futuro | 15 | 01/07/2020 | comprada | 1.267 | (8) |
| DI Futuro | 110 | 02/01/2020 | comprada | 9.751 | (36) |
| DI Futuro | 20 | 01/07/2020 | comprada | 1.690 | (11) |
| DI Futuro | 5 | 02/01/2020 | vendida | 443 | 3 |
| DI Futuro | 8 | 02/01/2023 | vendida | 504 | (8) |
| DI Futuro | 9 | 01/07/2020 | vendida | 760 | 5 |
| WIN Futuro | 9 | 15/08/2018 | vendida | 132 | 12 |
| Total | 4.283 | | | 332.219 | (606) |

| 31/12/2017 | | Data de | Posição | Valor de | Resultado |
|-----------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|
| Operação | Quantidade | vencimento | da operação | referência | do período |
| DI Futuro | 2.160 | 01/01/2020 | comprada | 184.888 | (18.879) |
| DI Futuro | 1.350 | 01/01/2023 | comprada | 83.926 | (2.445) |
| DI Futuro | 310 | 01/07/2020 | comprada | 25.222 | (2.568) |
| DI Futuro | 4 | 01/01/2020 | vendida | 342 | 2 |
| DI Futuro | 14 | 01/01/2021 | vendida | 1.079 | 2 |
| WIN Futuro | 5 | 01/02/2018 | vendida | 77 | (1) |
| DI Futuro | 115 | 01/01/2020 | comprada | 9.844 | (563) |
| DI Futuro | 20 | 01/07/2020 | comprada | 1.627 | (40) |
| DI Futuro | 152 | 01/01/2020 | comprada | 13.011 | (792) |
| DI Futuro | 15 | 01/07/2020 | comprada | 1.220 | (30) |
| Total | 4.145 | | | 321.236 | (25.314) |

c) Movimentação das aplicações financeiras por categoria

| Categoria | Saldo em 31/12/2017 | (+) Aplicações | (-) Resgates/vendas | (+/-) Rentabilidade | Saldo em 30/06/2018 |
|------------------|----------------------------|-----------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
|------------------|----------------------------|-----------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|

Alfa Previdência e Vida S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2018

| | | | | | |
|--|----------------|----------------|-----------------|---------------|----------------|
| Quotas de fundos de investimento PGBL/VGBL | 648.737 | 61.777 | (54.715) | 15.847 | 671.646 |
| Quotas de fundos de investimento - DPVAT | 65.892 | 9.725 | (2.638) | 79 | 73.058 |
| Renda variável | 188 | - | (188) | - | - |
| Títulos públicos | 83.349 | 40.198 | (38.702) | 2.532 | 87.377 |
| Total | 798.166 | 111.700 | (96.243) | 18.458 | 832.081 |

| Categoria | Saldo em 31/12/2016 | (+) Aplicações | (-) Resgates/vendas | (+/-) Rentabilidade | Saldo em 30/06/2017 |
|--|----------------------------|-----------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Quotas de fundos de investimento PGBL/VGBL | 567.734 | 49.794 | (29.161) | 30.495 | 618.862 |
| Quotas de fundos de investimento - DPVAT | 62.279 | 5.257 | (966) | 110 | 66.680 |
| Renda variável | 1.118 | 0 | (1.101) | 118 | 135 |
| Títulos públicos | 79.981 | 26.391 | (24.332) | 762 | 82.802 |
| Total | 711.112 | 81.442 | (55.560) | 31.485 | 768.479 |

4 Prêmios a receber

a) Ramos de seguros e faixas de vencimento

| A Vencer | Vida em Grupo | Acidentes Pessoais | Prestamista | Viagem | Demais | 30/06/2018 | 31/12/2017 |
|-------------------------|---------------|--------------------|--------------|--------------|------------|--------------|--------------|
| Até 30 dias | 1.954 | 585 | 2.903 | 216 | 251 | 5.909 | 5.415 |
| De 31 a 60 dias | 3 | 5 | - | 8 | 2 | 18 | 81 |
| De 61 a 120 dias | 4 | 6 | - | 126 | - | 136 | 127 |
| De 121 a 180 dias | 2 | 5 | - | 71 | - | 78 | 118 |
| De 181 a 365 dias | 5 | 9 | - | 94 | - | 108 | 58 |
| Acima de 365 | - | - | - | 10 | - | 10 | 23 |
| Total a Vencer | 1.968 | 610 | 2.903 | 525 | 253 | 6.259 | 5.822 |
| Vencidos | | | | | | | |
| Até 30 dias | 145 | 68 | - | 365 | 57 | 635 | 296 |
| De 31 a 60 dias | 23 | 8 | - | 100 | 4 | 135 | 159 |
| De 61 a 120 dias | 21 | 13 | - | 191 | 4 | 229 | 141 |
| De 121 a 180 dias | 18 | 9 | - | 201 | 2 | 230 | 83 |
| De 181 a 365 dias | 28 | 24 | - | 202 | 6 | 260 | 42 |
| Acima de 365 | 266 | 381 | - | 5 | 37 | 689 | 608 |
| Total a Vencidos | 501 | 503 | - | 1.064 | 110 | 2.178 | 1.329 |
| Total | 2.469 | 1.113 | 2.903 | 1.589 | 363 | 8.437 | 7.151 |

O montante correspondente a redução ao valor recuperável é de R\$ 258, composto por R\$ 88 de parcelas à vencer e R\$ 170 de parcelas vencidas (R\$ 291 em 31 de dezembro de 2017, composto por R\$ 125 de parcelas à vencer e R\$ 166 de parcelas vencidas), não está demonstrado no quadro faixas de vencimento.

Para os produtos de previdência e vida há variações mensais de quantidade de vidas, por esta razão as faturas são impressas e enviadas mensalmente.

b) Movimentação de prêmios a receber

| | <u>30/06/2018</u> | <u>30/06/2017</u> |
|---|---------------------|---------------------|
| Saldo no início do período | <u>6.860</u> | <u>3.847</u> |
| (+) Prêmios emitidos (-) prêmios cancelados (*) | 27.853 | 22.303 |
| (+) IOF | 44 | 42 |
| (-) Recebimentos | (26.611) | (21.031) |
| Redução ao valor recuperável | <u>33</u> | <u>685</u> |
| Saldo no final do período | <u>8.179</u> | <u>5.846</u> |

(*) O valor de R\$ 1.099 (R\$ 290 em junho de 2017) referente à prêmio restituído não está contido neste total. O valor de R\$ 824, (R\$ 960 em junho de 2017), referente à Riscos Vigentes não Emitidos, está contido neste valor.

5 Operações de resseguro

a) Operação com resseguradora

| Descrição | 30/06/2018 | 31/12/2017 |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Pendentes até 30 dias | 1 | - |
| Pendentes até 60 dias | 1 | - |
| Pendentes mais de 180 dias | 130 | 636 |
| Total | <u>132</u> | <u>636</u> |

b) Ativos de resseguro - provisões técnicas

| | <u>30/06/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Provisão sinistros a liquidar (PSL) | 181 | 64 |
| Provisão despesas relacionadas (PDR) | 4 | 3 |
| Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) | 71 | 61 |
| Provisão de prêmios não ganhos | 33 | 21 |
| Provisão de riscos vigentes mas não emitidos | <u>3</u> | <u>-</u> |
| Total | <u>292</u> | <u>149</u> |

c) Passivos de resseguro

| | <u>30/06/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Prêmios de resseguro cedidos a liquidar | <u>375</u> | <u>636</u> |

d) Composição por categoria de ressegurador

| | <u>30/06/2018</u> | | <u>31/12/2017</u> | |
|---------------------|--------------------------|--|--------------------------|---|
| Ativos e passivos | <u>Prêmio a liquidar</u> | <u>Sinistros pendentes a recuperar e PDR</u> | <u>Prêmio a liquidar</u> | <u>Sinistros pendente a recuperar e PDR</u> |
| Resseguradora local | <u>375</u> | <u>185</u> | <u>636</u> | <u>67</u> |
| Total | <u>375</u> | <u>185</u> | <u>636</u> | <u>67</u> |
| | <u>30/06/2018</u> | | <u>30/06/2017</u> | |
| Receitas e despesas | <u>Prêmio cedido</u> | <u>Recuperação de sinistros</u> | <u>Prêmio cedido</u> | <u>Recuperação de sinistros</u> |
| Resseguradora local | <u>584</u> | <u>118</u> | <u>256</u> | <u>490</u> |
| Total | <u>584</u> | <u>118</u> | <u>256</u> | <u>490</u> |

e) Demonstração de percentual ressegurado

| Ramo | jun/18 | | | jun/18 | | |
|--------------------|----------------|---------------------|---------------|--------------------|-----------------------|------------------|
| | Prêmio emitido | Prêmio de Resseguro | % ressegurado | Sinistros avisados | Sinistros recuperados | % de recuperação |
| Acidentes pessoais | 2.381 | 27 | 1,13% | 449 | - | 0,00% |
| Auxílio funeral | 1.019 | - | 0,00% | 319 | - | 0,00% |
| Prestamista | 13.471 | 87 | 0,65% | 835 | 101 | 12,14% |
| Vida em grupo | 7.974 | 166 | 2,08% | 3.084 | 11 | 0,35% |
| Viagem | 1.713 | 304 | 17,75% | 89 | 6 | 6,55% |
| Outros | 189 | - | 0,00% | 4 | - | 0,00% |
| Total | 26.747 | 584 | 2,18% | 4.780 | 118 | 2,47% |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| Ramo | jun/17 | | | jun/17 | | |
| | Prêmio emitido | Prêmio de Resseguro | % ressegurado | Sinistros avisados | Sinistros recuperados | % de recuperação |
| Acidentes pessoais | 2.679 | 56 | 2,09% | 227 | - | 0,00% |
| Auxílio funeral | 1.004 | - | 0,00% | 175 | - | 0,00% |
| Prestamista | 8.764 | 53 | 0,60% | 478 | - | 0,00% |
| Vida em grupo | 7.940 | 147 | 1,85% | 4.553 | 490 | 10,76% |
| Viagem | 1.635 | - | 0,00% | - | - | 0,00% |
| Outros | 281 | - | 0,00% | 9 | - | 0,00% |
| Total | 22.303 | 256 | 1,15% | 5.442 | 490 | 9,00% |

O total de Prêmios emitidos de Consórcios e Fundos (DPVAT) no período de 30 de junho de 2018 de R\$ 12.495 (R\$ 15.362 em junho de 2017), não está contido no quadro acima.

f) Resultado com operações de resseguro

| | <u>30/06/2018</u> | <u>30/06/2017</u> |
|---|---------------------|-------------------|
| Prêmios resseguros cedidos | (584) | (256) |
| Varição das provisões técnicas - resseguro cedido | 16 | (1) |
| Recuperação de indenização de resseguro | 118 | 490 |
| Varição da provisão IBNR resseguro | 9 | (9) |
| Receitas com participação em lucros | - | 71 |
| Total | <u>(441)</u> | <u>295</u> |

6 Créditos tributários e previdenciários

a) Composição

| | <u>30/06/2018</u> | | | <u>31/12/2017</u> | | |
|------------------------|-------------------|-----------------------|---------------------|-------------------|-----------------------|---------------------|
| | <u>Circulante</u> | <u>Não circulante</u> | <u>Total</u> | <u>Circulante</u> | <u>Não circulante</u> | <u>Total</u> |
| Diferenças temporárias | - | 5.794 | 5.794 | - | 5.845 | 5.845 |
| Impostos a compensar | <u>311</u> | - | <u>311</u> | <u>247</u> | - | <u>247</u> |
| Total | <u>311</u> | <u>5.794</u> | <u>6.105</u> | <u>247</u> | <u>5.845</u> | <u>6.092</u> |

Os créditos tributários foram contabilizados levando em consideração o histórico de rentabilidade e a previsão de realização dos créditos registrados no ativo não circulante está fundamentada por estudo técnico, assim demonstrado:

| | <u>2018</u> | <u>2019</u> | <u>2020</u> | <u>2021</u> | <u>2022</u> |
|----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Previsão de realização - % | <u>3%</u> | <u>1%</u> | <u>1%</u> | <u>47%</u> | <u>48%</u> |

b) Movimentação das diferenças temporárias

Saldo e movimentação de tributos diferidos e diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social.

| | <u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u> | <u>Adições</u> | <u>Baixas</u> | <u>Saldo em</u> <u>30/06/2018</u> |
|--|--------------------------------------|-------------------|---------------------|--------------------------------------|
| Provisão para riscos de crédito | 96 | - | (13) | 83 |
| Provisão para contingências fiscais | 5.586 | 171 | (184) | 5.573 |
| Provisão para contingências cíveis | 11 | 29 | (4) | 36 |
| Outras | <u>152</u> | <u>22</u> | <u>(72)</u> | <u>102</u> |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | <u>5.845</u> | <u>222</u> | <u>(273)</u> | <u>5.794</u> |

Os créditos tributários de diferenças temporárias referem-se principalmente a ações judiciais e a realização depende de decisão definitiva desses processos. Os orçamentos de resultados futuros e os históricos de resultados já realizados comportam a realização dos créditos tributários.

7 Contas a pagar

a) Obrigações à pagar

| | <u>30/06/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--------------------------------------|-------------------|---------------------|
| Dividendos propostos à pagar | - | 786 |
| Participação nos lucros à pagar | 263 | 410 |
| Obrigações e benefícios trabalhistas | <u>17</u> | <u>37</u> |
| Total | <u>280</u> | <u>1.233</u> |

b) Impostos e contribuições

| | <u>30/06/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Imposto de renda | 237 | 23 |
| Contribuição social | 204 | 50 |
| COFINS | 159 | 128 |
| PIS | 26 | 21 |
| ISS sobre a gestão de carteira de fundos | <u>7</u> | <u>6</u> |
| Total | <u>633</u> | <u>228</u> |

c) Outras contas a pagar

| | <u>30/06/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|-----------------------|-------------------|---------------------|
| Fornecedores | 41 | 1.070 |
| Outras contas a pagar | <u>760</u> | <u>446</u> |
| Total | <u>801</u> | <u>1.516</u> |

8 Depósitos de terceiros

| | <u>30/06/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|-------------------|---------------------|---------------------|
| Até 30 dias | 940 | 2.328 |
| De 31 a 180 dias | 762 | 65 |
| Acima de 180 dias | <u>194</u> | <u>12</u> |
| Total | <u>1.896</u> | <u>2.405</u> |

9 Provisões técnicas e custo de aquisição diferidos de danos e pessoas, vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) e planos garantidores de benefícios livres (PGBL)

a) Movimentação das provisões técnicas de seguros

| Em 30 de junho de 2018 | | | | | |
|--|--------------------------------|----------------------------------|------------------|-----------------------------------|---------------|
| | Provisão de prêmios não ganhos | Provisão de sinistros a liquidar | Provisão de IBNR | Provisão de despesas relacionadas | * Total |
| Saldo no início do período | 29.707 | 6.151 | 4.270 | 369 | 40.497 |
| Constituições decorrentes de prêmios/cancelamentos | 22.213 | - | 414 | - | 22.627 |
| Diferimento pelo risco decorrido | (16.182) | (30) | - | (21) | (16.233) |
| Aviso de sinistros | - | 17.022 | - | - | 17.022 |
| Pagamento de sinistro | - | (3.592) | - | - | (3.592) |
| Ajuste de estimativa de sinistros | - | (9.051) | - | - | (9.051) |
| Atualização monetária e juros | - | (36) | - | - | (36) |
| Encerramento | - | (3.123) | - | - | (3.123) |
| Saldo no final do período | 35.738 | 7.341 | 4.684 | 348 | 48.111 |

Em 30 de junho de 2017

| | Provisão de prêmios não ganhos | Provisão de sinistros a liquidar | Provisão de IBNR | Provisão de despesas relacionadas | * Total |
|--|--------------------------------|----------------------------------|------------------|-----------------------------------|-----------------|
| Saldo no início do período | 20.268 | 7.492 | 5.756 | 397 | 33.913 |
| Constituições decorrentes de prêmios/cancelamentos | 14.351 | 57 | - | - | 14.408 |
| Diferimento pelo risco decorrido | (10.730) | - | (367) | (26) | (11.123) |
| Aviso de sinistros | - | 10.061 | - | - | 10.061 |
| Pagamento de sinistro | - | (5.075) | - | - | (5.075) |
| Ajuste de estimativa de sinistros | - | (2.070) | - | - | (2.070) |
| Atualização monetária e juros | - | (562) | - | - | (562) |
| Encerramento | - | (3.244) | - | - | (3.244) |
| Saldo no final do período | 23.889 | 6.659 | 5.389 | 371 | 36.308 |

(*) O total de Provisões de Consórcios e Fundos(DPVAT) no período de 30 de junho de 2018, de R\$ 72.998 (R\$ 66.640 em junho 2017), não está contido no quadro acima.

b) Movimentação das provisões técnicas - (PGBL)

| | <u>30/06/2018</u> | <u>30/06/2017</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Saldo no início do período | 349.820 | 314.164 |
| Portabilidades aceitas/cedidas | (4.092) | 10.713 |
| Contribuições líquidas | 5.313 | 5.991 |
| Rendimento das quotas dos fundos exclusivos | 8.092 | 16.916 |
| Resgates | (10.770) | (6.758) |
| Outras movimentações | (1) | (54) |
| Saldo no final do período | 348.362 | 340.972 |

c) Movimentação das provisões técnicas - vida com cobertura por sobrevivência - (VGBL)

| | <u>30/06/2018</u> | <u>30/06/2017</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Saldo no início do período | 300.995 | 255.809 |
| Portabilidades aceitas/cedidas | (4.903) | 727 |
| Contribuições líquidas | 26.006 | 16.418 |
| Rendimento/desvalorização das quotas dos fundos exclusivos | 7.755 | 13.579 |
| Resgates | (4.495) | (6.446) |
| Outras movimentações | 62 | (48) |
| Saldo no final do período | 325.420 | 280.039 |

d) Movimentação dos custos de aquisição diferidos

| | <u>30/06/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Saldo no início do período | 11.538 | 5.780 |
| Constituição (liquido de cancelamentos) | 8.302 | 8.619 |
| Diferimento | (4.245) | (2.861) |
| Saldo no final do período | 15.595 | 11.538 |

(*) O prazo médio de diferimento é anual e realizado conforme a vigência das apólices, sendo em sua maioria 12 meses.

e) Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros estimados e sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

JUNHO/2018

Valores Brutos de Resseguro

| Ano de Ocorrência | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | TOTAL |
|---|--------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|----------------|
| Incorrido | | | | | | | | | | | | |
| Até Data Base | 6.552 | 6.684 | 11.192 | 10.971 | 13.973 | 12.060 | 12.015 | 10.303 | 7.559 | 6.516 | 2.587 | 100.412 |
| Um Ano Mais Tarde | 8.191 | 9.214 | 14.354 | 15.693 | 18.108 | 15.706 | 14.586 | 12.525 | 9.205 | 8.222 | | 125.804 |
| Dois Anos Mais Tarde | 8.246 | 9.633 | 15.852 | 16.378 | 18.120 | 16.478 | 14.971 | 13.020 | 9.558 | | | 122.256 |
| Três Anos Mais Tarde | 8.352 | 9.550 | 15.384 | 15.964 | 18.366 | 16.878 | 15.524 | 13.148 | | | | 113.166 |
| Quatro Anos Mais Tarde | 8.443 | 9.626 | 15.739 | 15.995 | 18.894 | 17.024 | 15.590 | | | | | 101.311 |
| Cinco Anos Mais Tarde | 8.518 | 9.333 | 16.022 | 16.576 | 19.176 | 16.933 | | | | | | 86.558 |
| Seis Anos Mais Tarde | 8.477 | 9.398 | 16.448 | 16.720 | 19.294 | | | | | | | 70.337 |
| Sete Anos Mais Tarde | 8.531 | 9.537 | 17.078 | 16.698 | | | | | | | | 51.844 |
| Oito Anos Mais Tarde | 8.536 | 9.588 | 17.086 | | | | | | | | | 35.210 |
| Nove Anos Mais Tarde | 8.531 | 9.601 | | | | | | | | | | 18.132 |
| Dez Anos Mais Tarde | 8.509 | | | | | | | | | | | 8.509 |
| Posição em 30/06/2018 | 8.509 | 9.601 | 17.086 | 16.698 | 19.294 | 16.933 | 15.590 | 13.148 | 9.558 | 8.222 | 2.587 | 137.226 |
| Pago Acumulado | | | | | | | | | | | | |
| Até Data Base | 5.101 | 4.780 | 5.716 | 7.506 | 10.247 | 9.394 | 8.410 | 7.064 | 5.270 | 4.062 | 731 | 68.281 |
| Um Ano Mais Tarde | 7.582 | 7.767 | 11.822 | 14.050 | 16.745 | 15.073 | 13.790 | 11.759 | 8.646 | 6.353 | | 113.587 |
| Dois Anos Mais Tarde | 7.953 | 8.345 | 13.592 | 14.970 | 17.664 | 15.980 | 14.277 | 12.661 | 8.958 | | | 114.400 |
| Três Anos Mais Tarde | 8.062 | 8.764 | 13.863 | 15.435 | 18.038 | 16.495 | 14.956 | 12.717 | | | | 108.330 |
| Quatro Anos Mais Tarde | 8.112 | 8.917 | 14.424 | 15.569 | 18.703 | 16.696 | 15.008 | | | | | 97.429 |
| Cinco Anos Mais Tarde | 8.223 | 9.098 | 14.517 | 16.048 | 19.015 | 16.727 | | | | | | 83.628 |
| Seis Anos Mais Tarde | 8.381 | 9.240 | 14.823 | 16.146 | 19.052 | | | | | | | 67.642 |
| Sete Anos Mais Tarde | 8.463 | 9.380 | 16.808 | 16.195 | | | | | | | | 50.846 |
| Oito Anos Mais Tarde | 8.463 | 9.472 | 16.808 | | | | | | | | | 34.743 |
| Nove Anos Mais Tarde | 8.491 | 9.472 | | | | | | | | | | 17.963 |
| Dez Anos Mais Tarde | 8.491 | | | | | | | | | | | 8.491 |
| Posição em 30/06/2018 | 8.491 | 9.472 | 16.808 | 16.195 | 19.052 | 16.727 | 15.008 | 12.717 | 8.958 | 6.353 | 731 | 130.512 |
| Provisão de Sinistros em 30/06/2018 | 18 | 129 | 278 | 503 | 242 | 206 | 582 | 431 | 600 | 1.869 | 1.856 | 6.714 |
| Provisão de Sinistros de Anos Anteriores | | | | | | | | | | | | 295 |
| IBNER | | | | | | | | | | | | 332 |
| PDR | | | | | | | | | | | | 348 |
| Pendência final | 18 | 129 | 278 | 503 | 242 | 206 | 582 | 431 | 600 | 1.869 | 1.856 | 7.689 |

JUNHO/2018

Valores Líquidos de Resseguro

| Ano de Ocorrência | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | TOTAL |
|---|--------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|----------------|
| Incorrido | | | | | | | | | | | | |
| Até Data Base | 5.418 | 6.211 | 10.409 | 10.971 | 11.331 | 12.036 | 11.979 | 10.303 | 7.259 | 6.516 | 2.481 | 94.914 |
| Um Ano Mais Tarde | 7.053 | 8.523 | 14.126 | 15.585 | 15.466 | 14.942 | 14.494 | 12.525 | 8.905 | 8.221 | | 119.840 |
| Dois Anos Mais Tarde | 7.108 | 8.889 | 15.227 | 16.270 | 15.478 | 15.714 | 14.879 | 13.020 | 9.258 | | | 115.843 |
| Três Anos Mais Tarde | 7.214 | 8.956 | 15.023 | 15.856 | 15.724 | 16.114 | 15.432 | 13.148 | | | | 107.467 |
| Quatro Anos Mais Tarde | 7.305 | 9.017 | 14.596 | 15.887 | 16.152 | 16.260 | 15.498 | | | | | 94.715 |
| Cinco Anos Mais Tarde | 7.380 | 8.862 | 14.699 | 16.432 | 16.371 | 16.169 | | | | | | 79.913 |
| Seis Anos Mais Tarde | 7.339 | 8.927 | 15.151 | 16.576 | 16.486 | | | | | | | 64.479 |
| Sete Anos Mais Tarde | 7.393 | 9.066 | 15.291 | 16.554 | | | | | | | | 48.304 |
| Oito Anos Mais Tarde | 7.398 | 9.117 | 15.299 | | | | | | | | | 31.814 |
| Nove Anos Mais Tarde | 7.393 | 9.130 | | | | | | | | | | 16.523 |
| Dez Anos Mais Tarde | 7.371 | | | | | | | | | | | 7.371 |
| Posição em 30/06/2018 | 7.371 | 9.130 | 15.299 | 16.554 | 16.486 | 16.169 | 15.498 | 13.148 | 9.258 | 8.221 | 2.481 | 129.615 |
| Pago Acumulado | | | | | | | | | | | | |
| Até Data Base | 4.308 | 4.309 | 5.720 | 7.506 | 7.721 | 9.370 | 8.374 | 7.064 | 5.007 | 4.062 | 730 | 64.171 |
| Um Ano Mais Tarde | 6.444 | 7.296 | 11.598 | 13.942 | 14.102 | 14.309 | 13.698 | 11.759 | 8.346 | 6.352 | | 107.846 |
| Dois Anos Mais Tarde | 6.815 | 7.874 | 13.368 | 14.862 | 15.021 | 15.216 | 14.185 | 12.661 | 8.658 | | | 108.660 |
| Três Anos Mais Tarde | 6.924 | 8.293 | 13.639 | 15.327 | 15.395 | 15.731 | 14.864 | 12.717 | | | | 102.890 |
| Quatro Anos Mais Tarde | 6.974 | 8.446 | 14.200 | 15.461 | 15.960 | 15.932 | 14.916 | | | | | 91.889 |
| Cinco Anos Mais Tarde | 7.085 | 8.627 | 14.293 | 15.904 | 16.239 | 15.963 | | | | | | 78.111 |
| Seis Anos Mais Tarde | 7.243 | 8.769 | 14.599 | 16.002 | 16.276 | | | | | | | 62.889 |
| Sete Anos Mais Tarde | 7.325 | 8.909 | 15.021 | 16.051 | | | | | | | | 47.306 |
| Oito Anos Mais Tarde | 7.325 | 9.001 | 15.021 | | | | | | | | | 31.347 |
| Nove Anos Mais Tarde | 7.353 | 9.001 | | | | | | | | | | 16.354 |
| Dez Anos Mais Tarde | 7.353 | | | | | | | | | | | 7.353 |
| Posição em 30/06/2018 | 7.353 | 9.001 | 15.021 | 16.051 | 16.276 | 15.963 | 14.916 | 12.717 | 8.658 | 6.352 | 730 | 123.038 |
| Provisão de Sinistros em 30/06/2018 | 18 | 129 | 278 | 503 | 210 | 206 | 582 | 431 | 600 | 1.869 | 1.751 | 6.577 |
| Provisão de Sinistros de Anos Anteriores | | | | | | | | | | | | 295 |
| IBNER | | | | | | | | | | | | 288 |
| PDR | | | | | | | | | | | | 344 |
| Pendência final | 18 | 129 | 278 | 503 | 210 | 206 | 582 | 431 | 600 | 1.869 | 1.751 | 7.504 |

f) Provisões de sinistros a liquidar judiciais

A classificação das ações é feita com base no conhecimento que se tem dos fatos, bem como com base no entendimento jurisprudencial a respeito da matéria, à época do recebimento da ação. Posteriormente, de acordo com o trâmite processual e as decisões proferidas no bojo do processo, essa classificação pode ser reavaliada.

| 30/06/2018 | | | | | 31/12/2017 | | | | |
|------------------------|------------|-----------------|--------------------|---|------------------------|------------|-----------------|--------------------|---|
| Probabilidade de perda | Quantidade | Valor Reclamado | Valor Provisionado | Valor Provisionado/Valor Reclamado (0%) | Probabilidade de perda | Quantidade | Valor Reclamado | Valor Provisionado | Valor Provisionado/Valor Reclamado (0%) |
| Provável | 33 | 1.243 | 1.124 | 90,43% | Provável | 32 | 1.135 | 1.001 | 88,19% |
| Possível | 66 | 2.180 | 1.878 | 86,15% | Possível | 69 | 2.286 | 2.009 | 87,88% |
| Remota | 58 | 1.345 | 148 | 11,00% | Remota | 68 | 2.523 | 214 | 8,48% |
| Total | 157 | 4.768 | 3.150 | 66,07% | Total | 169 | 5.944 | 3.224 | 54,24% |

g) Movimentação

| | Seguro | | Resseguro | |
|-------------------------------|--------------|--------------|------------|------------|
| | 30/06/2018 | 30/06/2017 | 30/06/2018 | 30/06/2017 |
| Saldo do início do período | 3.224 | 4.754 | 33 | 1.179 |
| Constituições/reversões | 195 | 1.176 | - | 252 |
| Atualização monetária | (25) | (547) | 2 | (522) |
| Pagamentos | (99) | (1.288) | - | (686) |
| Baixas | (145) | (291) | - | - |
| Saldo final do período | 3.150 | 3.804 | 35 | 223 |

10 Cobertura das provisões técnicas

Os bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

| | <u>30/06/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Provisões técnicas | 794.891 | 757.115 |
| (-) Ativos de resseguro redutores de PSL | (181) | (64) |
| (-) Ativos de resseguro redutores de IBNR | (71) | (61) |
| (-) Ativos de resseguro redutores de PDR | (4) | (3) |
| (-) Provisões do consórcio - DPVAT | <u>(72.998)</u> | <u>(65.803)</u> |
| (=) Total a ser coberto | <u>721.637</u> | <u>691.184</u> |
| Bens oferecidos em cobertura: | | |
| Quotas de fundos vinculados a PGBL e VGBL | 671.646 | 648.737 |
| Quotas de fundos de investimentos exclusivos | <u>80.754</u> | <u>78.240</u> |
| (=) Total oferecido em cobertura | <u>752.400</u> | <u>726.977</u> |
| Excesso de cobertura | <u><u>30.763</u></u> | <u><u>35.793</u></u> |

11 Provisões judiciais

Movimentação de provisões

A Seguradora é parte em processos judiciais de natureza, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta à opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, para os processos de natureza cível classificados como “prováveis” e para os processos de natureza fiscal considerados como “obrigação legal”.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face às eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado a obrigação legal em discussão judicial é mantido até o julgamento definitivo da ação, sobre as quais não cabem mais recursos.

| Natureza | Saldo em | | | | | Baixa | Saldo em | Quantidade | Deposito judicial | Deposito judicial |
|--------------|---------------|-----------|--------------|------------|-------------|---------------|----------|---------------|-------------------|-------------------|
| | 31/12/2017 | Principal | Atualizações | Pagamentos | | | | | | |
| 1 - Fiscal | 22.421 | - | 427 | - | - | 22.848 | 2 | 23.322 | 22.866 | |
| 2 - Cível | <u>28</u> | <u>51</u> | <u>23</u> | - | (11) | <u>91</u> | 4 | - | - | |
| Total | 22.449 | 51 | 450 | - | (11) | 22.939 | 6 | 23.322 | 22.866 | |

(*) O saldo dos depósitos judiciais não contempla garantias oriundas de discussões judiciais de sinistros no valor de R\$ 157 (R\$ 143 em 31 de dezembro de 2017).

1.Fiscal

As obrigações legais e as discussões de natureza fiscal referem-se, principalmente, as obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial, com destaque para: (i) **COFINS e PIS** – Refere-se à discussão sobre a aplicabilidade da Lei nº 9.718/1998, no tocante a base de cálculo para fazer incidir tal contribuição sobre todas as receitas da Companhia. O recolhimento dessas contribuições foi efetuada sobre a receita com taxa de gestão. Os valores das contribuições devidas sobre a

receita de prêmios de seguros, receita de carregamento e outras receitas operacionais e não operacionais estão provisionados no montante de R\$ 19.220 (R\$ 18.854 em 31 de dezembro de 2017). No que se refere às contribuições devidas sobre a receita financeira a Seguradora constitui provisão no montante de R\$ 3.543 (R\$ 3.483 em 31 de dezembro de 2017). Os assessores jurídicos classificam a probabilidade de perda do processo como possível. A provisão está coberta por depósitos judiciais decorrente desta ação no montante de R\$ 23.239 (R\$ 22.785 em 31 de dezembro de 2017), a partir de 2015 com o advento da Lei 12.973/2014, esta alterou o conceito de faturamento das empresas enquadradas na Lei nº 9.718/1998, desta forma, a seguradora passou a recolher a COFINS e o PIS sobre a totalidade das receitas operacionais da companhia; **(ii) INSS** – Refere-se à discussão sobre a aplicabilidade do FAP (Fator Acidentário de Prevenção), sobre as contribuições do SAT/RAT, conforme determina o Decreto nº 6.957/2009. O valor provisionado no montante de R\$ 85 (R\$ 84 em 31 de dezembro de 2017) e os assessores jurídicos classificam a probabilidade de perda desse processo como possível. A provisão está coberta por depósitos judiciais decorrente desta ação no montante de R\$ 83 (R\$ 81 em 31 de dezembro de 2017).

2. Cíveis

A Seguradora responde a processos de natureza cível, impetrados por segurados, relacionados, a cotação não efetivados pela Seguradora e que estão em diversas fases de tramitação. O valor provisionado em 30 de junho de 2018 é de R\$ 91 (R\$ 28 em 31 de dezembro de 2017). O montante relacionado ao valor pleiteado relativo as ações com probabilidade de perda possível e remota é de R\$ 532 em 30 de junho de 2018 (R\$ 625 em 31 de dezembro de 2017).

12 Patrimônio líquido

a) Composição do capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 16.018.318 (15.825.553 em dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de março de 2018, a Diretoria propôs aumentar o capital no montante de R\$ 786, elevando-o de R\$ 37.846 para R\$ 38.632, com emissão de 192.765 novas ações. Este aumento de capital, realizado com a integralização dos dividendos propostos em 29 de março de 2018, foi aprovado em 11 de junho de 2018, através da Portaria SUSEP nº 942.

b) Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída ao final de cada exercício social, pelo valor do lucro líquido do exercício, após deduções legais e distribuições propostas, conforme determinado no Estatuto Social, esta constituição está limitada à 80% do Capital Social.

Lucros acumulados

Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais do grupo e as apropriações às reservas legais será transferido à reserva para investimentos futuros. Essa reserva poderá ser distribuída na forma de dividendos, se houver a aprovação dos acionistas.

c) Dividendos

Aos Acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

13 Detalhamento das contas de demonstração de resultado:

a) Principais ramos de atuação bruto de resseguro

| Ramo | % | | | | | |
|--------------------|----------------|---------------|--------------------------|--------------|---------------------------|--------------|
| | Prêmios ganhos | | Índice de sinistralidade | | Índice de comissionamento | |
| | 30/06/2018 | 30/06/2017 | 30/06/2018 | 30/06/2017 | 30/06/2018 | 30/06/2017 |
| Vida em grupo | 8.720 | 8.379 | 38,13 | 53,06 | 32,94 | 24,05 |
| Acidentes pessoais | 2.892 | 3.062 | 14,97 | 7,81 | 33,47 | 28,41 |
| Prestamista | 6.036 | 5.164 | 24,44 | 5,52 | 37,48 | 32,84 |
| DPVAT | 11.916 | 15.083 | 84,96 | 85,69 | 1,26 | 1,20 |
| Viagem | 1.688 | 769 | 36,73 | 12,48 | 67,18 | 63,20 |
| Demais | 1.380 | 1.253 | 25,58 | 13,74 | 32,15 | 32,75 |
| Total | 32.632 | 33.710 | 50,04 | 53,88 | 23,99 | 16,78 |

As contribuições aos planos de previdência do tipo Plano Gerador de Benefícios Livres “PGBL” totalizam R\$ 5.313 (R\$ 5.991 em 30 de junho de 2017) e as contribuições de riscos totalizam no período R\$ 2 (R\$ 2 em 30 de junho de 2017).

As contribuições aos planos denominados Vida Gerador de Benefícios Livres “VGBL”, totalizam R\$ 26.006 (R\$ 16.417 em 30 de junho de 2017).

b) Prêmios emitidos

| | 30/06/2018 | 30/06/2017 |
|--|---------------|---------------|
| Prêmios diretos | 25.930 | 21.343 |
| Consórcio - DPVAT | 12.495 | 15.362 |
| Prêmios de cosseguros aceitos | (8) | (56) |
| Prêmios de cosseguro cedidos | 1 | - |
| Prêmios – Riscos vigentes não emitidos | 824 | 960 |
| Total | 39.242 | 37.609 |

c) Sinistros ocorridos

| | 30/06/2018 | 30/06/2017 |
|---|-----------------|-----------------|
| Sinistros diretos | (4.780) | (5.442) |
| Sinistros cosseguro aceito | (225) | (52) |
| Serviços de assistência | (868) | (499) |
| Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados | (414) | 368 |
| Consórcio - DPVAT | (10.123) | (12.925) |
| Provisão despesas relacionadas | 19 | 39 |
| Recuperação de sinistros - congênere | 61 | 347 |
| Total | (16.330) | (18.164) |

d) Custo de aquisição

| | <u>30/06/2018</u> | <u>30/06/2017</u> |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Comissões | (3.258) | (3.218) |
| Varição das despesas de comercialização diferidas | (217) | (289) |
| Consórcio - DPVAT | (150) | (181) |
| Despesas com representante e pró-labore | (8.478) | (4.262) |
| Varição das despesas com representante e pró-labore | 4.273 | 2.293 |
| Total | <u>(7.830)</u> | <u>(5.657)</u> |

e) Outras receitas e despesas operacionais

| | <u>30/06/2018</u> | <u>30/06/2017</u> |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Despesas com consórcio - DPVAT | (743) | (1.316) |
| Despesas com administração de apólice e/ou outros | (5) | (798) |
| Despesas com prestação de serviços | (265) | (152) |
| Despesas com títulos de capitalização | (182) | (142) |
| Despesas com cobrança | (78) | (67) |
| Despesas com provisão de risco sobre crédito | 31 | 753 |
| Outras receitas e despesas | (287) | (381) |
| Total | <u>(1.529)</u> | <u>(2.103)</u> |

f) Despesas administrativas

| | <u>30/06/2018</u> | <u>30/06/2017</u> |
|---|-----------------------|------------------------|
| Despesas com pessoal próprio | (5.646) | (5.397) |
| Despesas com serviços de terceiros | (701) | (828) |
| Receitas/despesas participadas | 397 | (2.724) |
| Despesas com localização e funcionamento | (643) | (716) |
| Despesas com publicação | (65) | (105) |
| Despesas administrativas de representação | (36) | (77) |
| Despesas com consórcio - DPVAT | (908) | (751) |
| Outras despesas | (139) | (246) |
| Total | <u>(7.741)</u> | <u>(10.844)</u> |

g) Despesas com tributos

| | <u>30/06/2018</u> | <u>30/06/2017</u> |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Despesas com COFINS | (1.134) | (1.245) |
| Despesas com PIS | (184) | (202) |
| Despesas com taxa de fiscalização | (475) | (398) |
| Outras | (132) | (116) |
| Total | <u>(1.925)</u> | <u>(1.961)</u> |

h) Resultado financeiro

| | <u>30/06/2018</u> | <u>30/06/2017</u> |
|--|---------------------|---------------------|
| Receitas financeiras: | 19.351 | 36.110 |
| Rendimento dos fundos de previdência (PGBL e VGBL) | 15.847 | 30.495 |
| Rendimento com aplicação em renda fixa | 2.532 | 4.436 |
| Receita financeira – DPVAT | 79 | 110 |
| Atualização Monetária - Depósito judicial | 461 | 850 |
| Valor justo – receita | 134 | 149 |
| Dividendos | 2 | 39 |
| Outras | 296 | 31 |
| Despesas financeiras: | (16.622) | (31.584) |
| Despesa dos fundos de previdência (PGBL e VGBL) | (15.847) | (30.495) |
| Despesas com atualização monetária | (451) | (793) |
| Valor justo - despesa | (185) | (82) |
| Despesas com juros | (111) | - |
| Outras | (28) | (214) |
| Total | <u>2.729</u> | <u>4.526</u> |

14 Impostos sobre a renda correntes diferidos

Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

| Descrição | <u>Imposto de renda</u> | | <u>Contribuição social</u> | |
|--|-------------------------|--------------|----------------------------|--------------|
| | 30/06/2018 | 30/06/2017 | 30/06/2018 | 30/06/2017 |
| Lucro antes dos impostos e após participações | 2.860 | 3.012 | 2.860 | 3.012 |
| Adições/(exclusões) permanentes: | | | | |
| Outras | (142) | (273) | 43 | 49 |
| Adições/(exclusões) temporárias: | | | | |
| Provisões judiciais | 30 | (45) | 30 | (45) |
| Provisões para riscos sobre créditos | (31) | (754) | (31) | (754) |
| Provisões para pagamento de despesas | (128) | (231) | (119) | (437) |
| Base de calculo dos tributos | 2.589 | 1.709 | 2.783 | 1.825 |
| Impostos correntes às alíquotas vigentes | (635) | (415) | (557) | (365) |
| Incentivos fiscais | 16 | 9 | - | - |
| Impostos a pagar | (619) | (406) | (557) | (365) |
| Créditos tributários: | | | | |
| Sobre diferenças temporárias | (32) | (257) | (18) | (185) |
| Total de despesas de imposto de renda e contribuição social | (651) | (663) | (575) | (550) |
| Taxa efetiva | 24% | 24% | 20% | 20% |

15 Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015, e alterações posteriores e pela Resolução CNSP nº 343/2016, e alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

| Patrimônio líquido ajustado | <u>30/06/2018</u> |
|--|--------------------------|
| 1. Ajustes contábeis | |
| (+) Patrimônio Líquido | 66.930 |
| (-) Despesas antecipadas | (952) |
| (-) Ativo intangível | <u>(2.844)</u> |
| Subtotal – patrimônio líquido ajustado | 63.134 |
| 2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos | |
| Subtotal - ajustes dos valores econômicos | - |
| Patrimônio líquido ajustado – PLA (1 + 2) | <u>63.134</u> |
| Capital-base (I) | 15.000 |
| Capital de risco (II) | 9.015 |
| Risco de subscrição | 7.183 |
| Risco de crédito | 1.413 |
| Risco operacional | 877 |
| Risco de Mercado | 516 |
| Deflator – correção entre riscos | <u>(974)</u> |
| Capital mínimo requerido (maior entre I e II) | <u>15.000</u> |
| Suficiência de capital (PLA - CMR) | <u>48.134</u> |

A Resolução CNSP nº 321/2015, e alterações posteriores, determinam que as sociedades seguradoras apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 30 de junho de 2018 a Companhia apresenta liquidez de 341% equivalente a R\$ 30.764.

16 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas envolvem:

- i. contratos de seguros de vida, realizada com a empresa controladora: Corumbal Participações e Administração Ltda..
- ii. contratos de seguros de vida, realizadas com outras empresas do mesmo grupo acionário: Administradora e Editora Vera Cruz Ltda., Agropalma S.A., Agropecuária Paraná Ltda., Alfa Arrendamento Mercantil S.A., Alfa Seguradora S.A., Banco Alfa de Investimento S.A., Banco Alfa S.A., C & C Casa e Construção Ltda., Companhia Transamérica de Hotéis - SP, Companhia Refinadora da Amazônia, Corumbal Corretora de Seguros Ltda., Fazenda Anacruz Ltda., Fazenda Fortaleza Ltda., Fazenda Santa Cruz, Fazenda Santa Fé Ltda., Fazenda Vera Cruz, Financeira Alfa S.A., Industria Xharas Ltda., Instituto

Alfa de Cultura, Metro Sistemas de Informática Ltda., Metro Táxi Aéreo Ltda., Metro Tecnologia Informática Ltda., Rádio Transamérica, Rio Verde Representações e Administração Ltda., Soubach Beneficiamento em Couros Ltda., Transamérica Comercial e Serviços Ltda., Transamérica de Hotéis Nordeste Ltda., Transamérica Expo Center Ltda., Vera Cruz Empreendimentos Imobiliários Ltda., prestação de serviços com o Banco Alfa S.A.; Corumbal Corretora de Seguros Ltda.; Financeira Alfa S.A.; Metro Dados Ltda., Metro Sistemas de Informática Ltda., Metro Tecnologia Informática Ltda., e o rateio de despesas administrativas com a Alfa Seguradora S.A.

- iii. O Banco Alfa de Investimentos S.A. realiza a administração dos investimentos da Seguradora, cuja taxa de administração correspondente de 0,116% a 2,00% ao mês. O valor pago a título de taxa de administração em 30 de junho de 2018 foi de R\$ 2.303 (R\$ 1.972 em 30 de junho de 2017).
- iv. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração da Alfa Previdência, registrada na rubrica “Despesas administrativas”, totalizou, no período, R\$ 858 (R\$ 804 em 30 de junho 2017) que compreende substancialmente a benefícios de curto prazo relacionados a salários. A Seguradora não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.
- v. Alguns membros da Alfa Seguradora e também de outras Empresas do grupo Alfa, considerados como “pessoal-chave da Administração”, possuem planos de previdência na Alfa Previdência e Vida S.A.. Em 30 de junho de 2018, o montante de reserva totaliza R\$ 119.997 (R\$ 119.660 em 31 de dezembro de 2017).

As operações estão demonstradas a seguir:

| | <u>Direitos</u> | | <u>Obrigações</u> | | <u>Receitas</u> | | <u>Despesas</u> | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------|
| | <u>30/06/18</u> | <u>31/12/17</u> | <u>30/06/18</u> | <u>31/12/17</u> | <u>30/06/18</u> | <u>30/06/17</u> | <u>30/06/18</u> | <u>30/06/17</u> |
| Prestação de serviços e rateio de despesas administrativas (ii) | 840 | - | 69 | 705 | 840 | - | (7.522) | (2.736) |
| Contratos de seguros com empresa controladora (i) | - | 1 | - | - | 1 | - | - | - |
| Contratos de seguros com outras empresas do mesmo grupo acionário (ii) | 28 | 48 | - | - | 267 | 252 | - | - |
| Bancos | <u>35</u> | <u>63</u> | = | = | = | = | = | = |
| Total | <u>903</u> | <u>112</u> | <u>69</u> | <u>705</u> | <u>1.108</u> | <u>252</u> | <u>(7.522)</u> | <u>(2.736)</u> |

17 Gerenciamento de riscos

a) Introdução

A Estrutura de Gestão de Riscos da Companhia foi estabelecida conforme previsto pela Circular SUSEP n.º 521 de 18/12/2015.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de seguros, de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. A Companhia faz parte do grupo Alfa e conseqüentemente utiliza-se da estrutura de gerenciamento de risco do grupo (Apoio), administrando seus riscos de forma corporativa. A administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias consideradas adequadas pela sua Administração. Essas políticas e estratégias, além de serem reavaliadas frequentemente, contemplam, entre outras, a verificação

tempestiva da adequação das aplicações financeiras comparadas aos vencimentos dos passivos. O grupo Alfa possui controles internos que se destinam a garantir que as políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Companhia.

b) Risco de seguro

O risco de seguro advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais, quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios e contribuições. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela sociedade seguradora.

A gestão do risco de seguros é feita através da observação dos princípios de prudência na subscrição de apólices, aliada aos objetivos de rentabilidade e preservação da segurança das operações.

Cada unidade responsável pela gestão de produtos tem a sua política própria, com orientações claras sobre os tipos de risco aceitáveis, de forma automática ou sob análise da Matriz. Os limites de contratação das coberturas seguráveis são controlados por sistema informatizado, com objetivo de garantir que a exposição máxima da Seguradora seja limitada, de acordo com os planos de resseguro contratados.

As provisões técnicas atuariais são constituídas e acompanhadas atendendo a legislação vigente e utilizando metodologias aceitas dentro das boas práticas do mercado.

A aceitação dos riscos de morte e/ou invalidez é realizada através da análise da composição etária e da atividade dos grupos seguráveis, e em casos de capital segurado mais elevado é realizada análise de informações sobre as condições de saúde do segurado, considerando as regras de resseguro aplicadas.

A gestão de riscos dos planos de previdência é realizada pelo estabelecimento de planos com premissas sobre juros e tábua atuarial bastante conservadora, evitando o risco de descasamento entre o risco de longevidade e a expectativa de vida brasileira.

A área de controles internos realiza semestralmente avaliação dos controles existentes em cada departamento da Seguradora, para garantir que todos estejam em conformidade com a natureza e extensão dos riscos.

A estratégia de resseguros se utiliza de contratos proporcionais e não proporcionais garantindo que as retenções dos riscos não acarretem exposição de perda à Seguradora. Os contratos de resseguro são realizados para cada carteira segurada de forma independente, sendo revistos anualmente. A Seguradora tem como política não se utilizar de contratos facultativos de resseguro, sendo os poucos casos existentes tratados como exceção e gerenciados pelas áreas técnicas/produto.

c) Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a seguradora.

O monitoramento do risco de crédito da Companhia, conta com apoio da área de gestão dos ativos do Grupo Alfa, que faz acompanhamentos diários dos ativos que compõem a carteira e busca avaliar a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações observando inúmeras variáveis no mercado. Para a decisão em aceitação destes ativos avalia-se as condições da contraparte para garantir a exposição ao risco e delinear as decisões da Companhia com relação aos ativos presentes e a serem adquiridos podendo causar um movimento de compra ou

venda do mesmo em decorrência desta análise.

A seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas no rating atribuídas por agentes classificadores. Descrevemos abaixo o principal risco de crédito:

Aplicações financeiras - estão concentradas em títulos públicos federais através de fundo de investimentos exclusivos que são considerados de menor risco.

d) Rating dos ativos financeiros

Carteira de ativos por nível de risco

| Ativos Financeiros/ Rating* | Grau de Investimento | | | | | | | Total |
|---|----------------------|---------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|----------------|
| | Soberano | AAA | AA+ | AA | AA- | BBB | Sem Rating | |
| Fitch | | AAA | AA+ | AA | AA- | BBB | | |
| Moody's | | Aaa | Aa1 | Aa2 | Aa3 | Baa2 | | |
| S&P | | AAA | AA+ | AA | AA- | BBB | | |
| Títulos de renda fixa – letras do tesouro nacional | 331.341 | - | - | - | - | - | - | 331.341 |
| Títulos de renda fixa – letras financeiras do tesouro | 217.882 | - | - | - | - | - | - | 217.882 |
| Cotas de fundos DPVAT | - | - | - | - | - | - | 73.057 | 73.057 |
| Títulos de renda fixa – notas do tesouro nacional (B) | 48.821 | - | - | - | - | - | - | 48.821 |
| Títulos de renda fixa – nota do tesouro nacional (F) | 45.791 | - | - | - | - | - | - | 45.791 |
| Títulos de renda fixa - debêntures | - | 4.931 | 5.287 | 8.946 | 1.702 | 1.933 | 19.805 | 42.604 |
| Títulos privados - letras financeiras | - | 25.862 | - | 739 | 7.932 | - | - | 34.533 |
| Títulos de renda fixa – letras do tesouro nacional - compromissadas | 25.547 | - | - | - | - | - | - | 25.547 |
| Títulos de renda fixa - certificados de depósitos bancários | - | - | - | 498 | 7.199 | - | - | 7.697 |
| Títulos de renda variável - ações | - | 3.538 | 287 | 971 | 567 | 77 | 293 | 5.733 |
| Contas a pagar de fundos exclusivos | - | - | - | - | - | - | (925) | (925) |
| Total em 30 de junho de 2018 | 669.382 | 34.331 | 5.574 | 11.154 | 17.400 | 2.010 | 92.230 | 832.081 |

(*) Foram utilizadas classificações de crédito das agências *Fitch Ratings*, *Moody's* e *Standard & Poor's*, nesta ordem. Os ativos soberanos possuem classificação BB- (risco país: junho/2018). Alguns ativos não tem classificação, portanto, foram consideradas como "sem rating".

e) Riscos de liquidez

A Companhia está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos por diversos ativos e passivos financeiros.

Para mitigar os riscos significativos utiliza-se uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos. Consideram-se também as normas regulatórias do mercado financeiro e do mercado de seguros e o ambiente macroeconômico.

Os métodos desse gerenciamento de ativos e passivos avaliam o desempenho das carteiras de ativos (rentabilidade) e o horizonte de liquidação das obrigações originadas de contratos de seguros e passivos

financeiros em curtos e longos prazos baseado na melhor expectativa quanto à liquidação destas obrigações, considerando o histórico destes.

O risco de liquidez é o risco de que os recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. Conseqüentemente, a política de gestão de risco de liquidez utilizará de todos os recursos para manter o compromisso de honrar todos os passivos até o vencimento. Como efeito deste compromisso, a Administração mantém a concentração destes ativos basicamente em fundos de investimentos em títulos públicos federais, de natureza de alta rentabilidade e liquidez e a administração avalia frequentemente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos quando necessário.

A política de gestão de risco de liquidez leva em consideração a necessidade de recursos de caixa e controles internos operacionais eficientes e dinâmicos para honrar os compromissos assumidos. Nesta gestão considera-se o ciclo operacional da captação do seguro, que serão reinvestidos conforme a política de investimentos da Companhia.

Utiliza-se para avaliação do risco de liquidez, a gestão do fluxo de caixa operacional considerando o casamento dos ativos e passivos no curto e longo prazo.

A tabela abaixo exemplifica a estrutura dos ativos e passivos através do fluxo de caixa não descontado:

| Fluxo de caixa não descontado | 30/06/2018 | | | 31/12/2017 | | |
|---|------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | Até 365 dias | Acima de 365 dias | Total | Até 365 dias | Acima de 365 dias | Total |
| Ações | 5.733 | - | 5.733 | 7.522 | - | 7.522 |
| Certificados de depósitos bancários | 7.697 | - | 7.697 | 14.861 | - | 14.861 |
| Cotas de fundos - DPVAT | 73.057 | - | 73.057 | 65.892 | - | 65.892 |
| Cotas de fundos de investimento | - | - | - | - | - | - |
| Debêntures | 5.007 | 37.596 | 42.603 | 6.010 | 18.863 | 24.873 |
| Títulos de renda fixa - DPGE | - | - | - | - | - | - |
| Letra financeira | 26.630 | 7.904 | 34.534 | - | 33.546 | 33.546 |
| Letras financeiras do tesouro | - | 217.882 | 217.882 | 34.720 | 145.499 | 180.219 |
| Letras do tesouro nacional | - | 331.341 | 331.341 | - | 259.805 | 259.805 |
| Letras do tesouro nacional - compromissada | 25.547 | - | 25.547 | 39.870 | - | 39.870 |
| Notas do tesouro nacional (B) | 483 | 48.338 | 48.821 | 476 | 65.917 | 66.393 |
| Notas do tesouro nacional - compromissada | - | - | - | - | - | - |
| Notas do tesouro nacional (F) | - | 45.791 | 45.791 | - | 106.173 | 106.173 |
| Outros | - | - | - | 3 | - | 3 |
| Contas a pagar de fundos exclusivos | (925) | - | (925) | (991) | - | (991) |
| Total dos ativos financeiros | 143.229 | 688.852 | 832.081 | 168.363 | 629.803 | 798.166 |
| Crédito das operações | 8.344 | 10 | 8.354 | 7.902 | - | 7.902 |
| Títulos e créditos a receber | 2.171 | 29.273 | 31.444 | 620 | 28.854 | 29.474 |
| Despesas antecipadas | 952 | - | 952 | 1.010 | - | 1.010 |
| Custos de aquisição diferidos | 4.292 | 11.303 | 15.595 | 3.682 | 7.856 | 11.538 |
| Ativos de resseguros e retrocessão | 253 | 39 | 292 | 113 | 36 | 149 |
| Caixa e bancos | 602 | - | 602 | 1.783 | - | 1.783 |
| Total ativos | 159.843 | 729.477 | 889.320 | 183.473 | 666.549 | 850.022 |
| Provisões técnicas - seguros | (422.731) | (23.798) | (446.529) | (388.523) | (18.772) | (407.295) |
| Provisões técnicas - previdência complementar | (348.362) | - | (348.362) | (349.820) | - | (349.820) |
| Passivo - Contas a pagar | (3.221) | - | (3.221) | (4.452) | - | (4.452) |
| Débito das operações com seguros e resseguros | (2.537) | - | (2.537) | (2.594) | - | (2.594) |
| Depósitos de terceiros | (1.896) | - | (1.896) | (2.405) | - | (2.405) |
| Outros débitos | - | (23.343) | (23.343) | - | (22.782) | (22.782) |
| Total passivos | (778.747) | (47.141) | (825.888) | (747.794) | (41.554) | (789.348) |

f) Riscos de mercado

O risco de mercado é o grau de probabilidade de ocorrências de perda proveniente de variação nos preços/valores de qualquer ativo/instrumento financeiro num determinado grau de confiança e horizonte de tempo. A avaliação de risco de mercado consiste na observação diária de parâmetros de volatilidade, para que esta possa refletir a assertividade esperada onde cada operação é verificada quanto as suas características e forma de apreçamento, sendo utilizadas fontes de precificação.

Os processos e metodologias de gestão de riscos do grupo Alfa seguem as práticas do mercado financeiro, praticadas com transparência e consonância às diretrizes regulatórias e mandatórias da política de investimento.

Os controles são executados pela área financeira com apoio da estrutura de gerenciamento de risco do grupo Alfa, administrando seus riscos de forma corporativa. A administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias consideradas adequadas pela sua Administração.

Essas políticas e estratégias, além de serem reavaliadas frequentemente, contemplam, entre outras, a verificação tempestiva da adequação das aplicações financeiras comparadas aos vencimentos dos passivos. O grupo Alfa possui controles internos que se destinam a garantir que as políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Companhia.

O grupo Alfa utiliza-se da avaliação de risco através do *VaR (Value at Risk)* paramétrico, com intervalo de confiança de 99%, horizonte de análise de 1 e 21 dias úteis. Destaca-se a utilização de tratamento de volatilidade pelo método *EWMA* com fator de decaimento de 0,94. Concomitantemente ao controle de *VaR*, testes de *stress* são efetuados baseado nos cenários e premissas divulgados ao mercado pela B3, Brasil, Bolsa, Balcão. Ambos os controles de avaliação de risco e *stress* possibilitam dimensionar a probabilidade de perda financeira, com determinado grau de confiança para um horizonte de tempo.

g) Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) para os ativos de renda fixa, o Índice de Mercado ANBIMA - B (IMA-B (ANBIMA)) para os ativos de renda fixa atrelados à Índice de preços, o Índice Selic para títulos públicos, variação do IBOVESPA para ativos em renda variável, para fundos com 25% e 49% de renda variável utiliza-se 25% do Ibovespa e 75% do CDI e 49% do Ibovespa e 51% do CDI, respectivamente. Em 2018, o desempenho global dos ativos financeiros, no acumulado do período foi:

| Ativo | Rentabilidade do período | Benchmark | Comparação com Benchmark |
|---|---------------------------------|------------------|---------------------------------|
| Fundos previdenciários: de 25% renda variável | 0,52% | 1,19% | 43,70% |
| Fundos previdenciários: de 49% renda variável | 0,25% | (0,72)% | (34,72)% |
| Fundos previdenciários de renda fixa | 2,55% | 3,17% | 80,44% |
| Fundos previdenciário renda fixa (Índice de Preços) | (0,60)% | 1,16% | (51,72)% |
| Fundo de Renda fixa | 3,03% | 3,17% | 95,58% |
| Renda Fixa (Títulos Públicos) - LFT | 3,17% | 3,18% | 99,69% |
| Renda Fixa (Títulos Públicos) - LTN | 3,88% | 3,18% | 122,01% |

h) Risco operacional

Gerenciamento de risco operacional

A Seguradora entende como risco operacional riscos relacionados com fraudes, reclamações trabalhistas, reclamações de clientes, interrupção de atividades, falhas sistêmicas e falha no gerenciamento de processos. A empresa possui sistema de Controles Internos que possibilita o mapeamento dos controles e os riscos relacionados aos processos das operações de seguro.

Controles de risco operacional

A Seguradora possui agentes de controles internos (gerentes dos departamentos), alocados nas gerências operacionais, sendo de responsabilidade da gerência de controles internos formalizar as matrizes de risco e controles. A instrução dos trabalhos a serem executados pelos agentes é de responsabilidade da gerência de controles internos.

A Seguradora entende como risco operacional riscos relacionados com fraudes, reclamações trabalhistas, reclamações de clientes, interrupção de atividades, falhas sistêmicas e falha no gerenciamento de processos internos.

A empresa possui sistema de Controles Internos que possibilita o mapeamento dos controles e os riscos relacionados aos processos das operações de seguro.

A metodologia para acompanhamento e formalização destas matrizes de risco é o CSA (Control Self Assessment) - ciclo de auto-avaliação. O ciclo de auto-avaliação é realizado semestralmente, sendo formalizado pela Gerência de Controles Internos um cronograma de trabalho o qual é aprovado pela Diretoria Colegiada. As principais Gerências da Seguradora possuem os riscos avaliados conforme metodologia definida.

Atuando continuamente na Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, buscando aprimorar seus controles para informar prontamente o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. Assim como, na identificação e análise de Pessoas Politicamente Expostas.

i) Risco legal/regulatório

Este tipo de risco é definido pela Seguradora como a não conformidade com a legislação vigente e a não adequação ao código de ética e conduta. A Seguradora através de seu quadro de colaboradores e advogados, especializados em seguros, atuam conjuntamente com a área de Controles Internos alinhando os processos às exigências dos Órgãos Reguladores.

18 Concentração de riscos

A tabela abaixo representa as exposições máximas ao risco nas regiões onde a seguradora opera. Os valores estão detalhados por região para junho de 2017 e junho de 2018, e abrangem os ramos de pessoas, tais como: Auxílio Funeral, Acidentes Pessoais, Perda de Renda, Eventos Aleatórios, Vida em Grupo, Prestamista, Vida Individual, Microseguro e Viagem. Foram considerados os valores das importâncias seguradas expostas das apólices com risco a decorrer em 30 de junho de 2018.

Para mitigar o risco que a companhia está exposta, foram firmados contratos de resseguro.

Concentração de risco

| Período | Norte | % | Nordeste | % | Centro Oeste | % | Sudeste | % | Sul | % | Total | % |
|---------|-------|----|----------|----|--------------|----|-----------|-----|--------|----|------------------|-------------|
| jun/18 | 817 | 0% | 9.542 | 0% | 36.479 | 1% | 2.525.486 | 97% | 56.411 | 2% | 2.628.735 | 100% |
| jun/17 | 1.331 | 0% | 15.978 | 1% | 62.310 | 3% | 1.913.205 | 92% | 77.646 | 4% | 2.070.470 | 100% |

19 Sensibilidade aos riscos

Risco operacional

A Seguradora efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança razoável na variável sinistralidade das operações de seguros, pois esta é representativa dos efeitos da ocorrência de sinistros e sua severidade. O impacto da sinistralidade foi testado através da simulação de um aumento de 5%, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido conforme tabela abaixo.

| | 30/06/2018 | | 30/06/2017 | |
|----------------------|--|---------------------------------|--|---------------------------------|
| | Efeito no resultado operacional antes dos impostos (R\$ mil) | Efeito no patrimônio líquido ** | Efeito no resultado operacional antes dos impostos (R\$ mil) | Efeito no patrimônio líquido ** |
| Líquido de resseguro | (811) | (446) | (884) | (486) |
| Bruto de Resseguro* | (817) | (449) | (908) | (499) |

(*) Para calcular os valores brutos, retiramos o resseguro tanto do prêmio quanto do sinistro.

(**) O impacto no Patrimônio Líquido considera o efeito no final do semestre.

As operações de previdência (PGBL/VGBL) também são avaliadas quanto a aumento na longevidade, persistência e índice de conversibilidade em rendas. Dada a característica dos planos de previdência da empresa, onde existe pequeno volume de concessões em relação ao volume de participantes, o risco de conversão das reservas em renda, é imaterial não impactando o resultado e o patrimônio líquido.

Análise de sensibilidade da taxa de juros e índice IBOVESPA

O *Stress Test*, em cenários históricos de ocorrências de elevação ou diminuição de ativos e passivos em conjunto a com a análise do cenário macroeconômico atual.

Segue abaixo a análise de sensibilidade para os riscos financeiros para Ativos financeiros designados a valor justo por meio de resultado (exceto dos ativos que compõe os fundos previdenciários), levando em consideração a melhor e a pior estimativa (cenário) para os ativos da Companhia. O resultado apresentado é uma análise de variação de taxa de juros, inflação e índice Bovespa do período base de 30/06/2018.

**Impacto estimado em 30/06/2018
resultado bruto do período
e patrimônio líquido (*)**

| Variável financeiro | Premissas % | |
|----------------------------|--------------------|-------|
| Taxa de juros | 10% | 480 |
| Taxa de juros | (10%) | (480) |
| Taxa pré - LTN | 10% | 85 |
| Taxa pré - LTN | (10%) | (85) |
| Taxa pré - LTN | 10% | 3 |
| Taxa pré - LTN | (10%) | (3) |

(*) Valores brutos

Com relação à taxa de juros, na carteira encontram-se Letras do Tesouro Nacional - na forma compromissada, cujo resultado já é determinado diariamente e Letras Financeiras do Tesouro cujas taxas acompanham a variação da taxa Selic. Como premissa estimamos impacto positivo e negativo de 10% sobre a taxa Selic base de junho/2018 (6,50% a.a.). A mesma premissa foi definida para a taxa-pré (6,39% a.a. e 12,22% a.a.).

Para as informações relacionadas ao índice Bovespa, utilizamos como premissa de mercado, informações disponíveis no fechamento em junho/2018, desta forma consideramos um índice de 10% observando que as movimentações seriam da ordem de 65 mil a 80 mil pontos.

As limitações da análise de sensibilidade - Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

20 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

CPC 48 (IFRS 9 Financial Instruments -instrumentos financeiros)

O CPC 48 (IFRS 9), publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). O CPC 48 (IFRS 9) inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. O CPC 48 (IFRS 9) é efetivo para semestres iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está em fase de levantamento de diagnóstico e avaliará os efeitos do CPC 48 (IFRS 9) nas demonstrações financeiras intermediárias e nas suas divulgações futuras, tendo em vista que ainda não foi adotado pela SUSEP.

A IFRS 17 – Contratos de Seguros,

Em 18 de maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17, Contratos de Seguros substituindo a IFRS 4, Contratos de Seguro. A IFRS 17 é efetiva para períodos anuais que iniciem em ou após 1º de janeiro de 2021 e quando referendada pela SUSEP. A IFRS 17 estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros emitidos utilizando como mensuração o valor presente dos fluxos de caixa de cumprimento esperados, mais uma margem de risco não financeiro para refletir o valor que a Seguradora requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época destes fluxos de caixa. A abordagem de alocação de prêmio (the “premium allocation approach”) estabelece uma abordagem semelhante à contabilidade atual para mensuração do passivo por cobertura remanescente (prêmios não ganhos) e a apropriação da receita de seguros. Esta abordagem

é geralmente utilizada para apólices que fornecem cobertura para doze ou menos meses. Para as apólices que não forem mensuradas pela abordagem de alocação de prêmio, a IFRS 17 determina a mensuração por outras métricas que incluem o modelo geral de mensuração o qual estabelece que a mensuração por fluxos de caixa de cumprimento e uma margem de seguro que representa a parcela de lucro não ganho. A IFRS 17 determina que uma empresa reconheça lucros à medida que entrega cobertura de seguros.

Diretoria

Luiz Henrique Souza Lima de Vasconcellos
Carlos dos Santos
Celso Luiz Dobarrio de Paiva
Milca Pereira Zambrini

Contadora

Aparecida Zavam Peres Pires
CRC nº 1SP153039/O-3

Atuário responsável técnico

Ismael Garcia
MIBA nº 1010